

Acção Socialista



N.º 1348 30 Abril 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTAS

Carlos Zorrinho, secretário de Estado da Energia e da Inovação

“A estratégia para a energia demonstra ambição e confiança nos portugueses e no futuro da nossa economia”

A estratégia energética de Portugal, centrada nas novas tecnologias e nas energias renováveis, impulsionada fortemente pela governação socialista, marca de forma positiva o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, tanto na melhoria da sua qualidade de vida, quanto no contributo efectivo que dá

para a economia nacional.

O secretário de Estado da Energia e da Inovação, Carlos Zorrinho, dá conta, nesta sua grande entrevista ao “Acção Socialista”, dos números concretos e dos indicadores internacionais que corroboram os progressos alcançados no conhecimento, na tecnologia, na



inovação e nos serviços, sublinhando ainda o carácter crucial que o Plano Tecnológico tem e terá para tornar a economia digital um sector-chave do crescimento do país.

[Página 2](#)



Valter Lemos, secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional Estado investe 417 milhões de euros em 2010 na promoção do emprego

Mais de 760 mil pessoas beneficiarão de um conjunto de medidas accionadas este ano para manter os empregos existentes, promover a inserção no mercado laboral dos activos jovens e criar mais postos de trabalho.

Valter Lemos, secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, explica em pormenor ao “Acção Socialista” as linhas-mestras e os objectivos da iniciativa Emprego 2010, que implicará um investimento global superior aos 417 milhões de euros.

[Página 10](#)

Parlamento

Aprovado pacote socialista anticorrupção



[Página 5](#)

Educação

Deputados do PS visitaram obras de requalificação e modernização do parque escolar no país



[Página 4](#)

XIV Congresso do PS/Açores

Um novo ciclo de desenvolvimento para vencer os desafios do futuro



[Página 7](#)

Economia

Governo determinado em cumprir objectivos do PEC



[Página 19](#)

“A estratégia para a energia de nos portugueses e no fut

A aposta do Governo nas energias renováveis constitui uma “intervenção estrutural poderosa e decisiva para a qualidade de vida e para a criação de novas oportunidades para a economia portuguesa”, afirma Carlos Zorrinho, sublinhando que as projecções feitas com base em modelos rigorosos e comparações internacionais apontam para a criação nos próximos dez anos de cerca de 120 mil postos de trabalho, atrair 31 milhões de euros de novos investimentos, aumentar o PIB em 1% e reduzir em 25% o défice comercial do país. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário de Estado da Energia e a Inovação refere que o Plano Tecnológico continua a “marcar de forma impressionante a nossa sociedade” e a “reflectir-se em diversos indicadores internacionais que medem os progressos feitos no conhecimento, na tecnologia, na inovação e nos serviços prestados aos cidadãos”. A dinâmica do Plano, conclui, permitirá “fazer da economia digital um dos sectores-chave da recuperação da nossa economia e da sua internacionalização”.

Portugal continua a ser um dos países mais dependentes energeticamente dos combustíveis fósseis. O que tem vindo a ser feito para contrariar esta realidade?

Não obstante a enorme aposta feita nas energias renováveis sobretudo a partir de 2005, Portugal continua ainda hoje a depender em 83% de combustíveis fósseis importados. O progresso já conseguido permite-nos no entanto, aos preços actuais, evitar 500 milhões de euros de importações e reduzir de forma significativa as emissões de gases com efeito de estufa.

Queremos no entanto ir mais longe. Na Estratégia Nacional para a Energia 2010/2020 recentemente aprovada em Conselho de Ministros e com o Plano Novas Energias já em acção vamos reduzir até 2020 a nossa dependência energética para 74% e conseguir substituir importações num valor superior a 2000 milhões de euros.

A dependência energética é um problema estrutural da nossa economia e da nossa sociedade, que não se resolve de forma fácil. No entanto, com a visão e determinação política e com a solidez técnica com que o estamos a fazer, a redução dessa dependência constitui uma das mais fortes janelas de oportunidade para melhorarmos o nosso patamar competitivo, reduzir o défice da balança comercial, criar mais e melhores empregos e promover uma dinâmica de crescimento territorialmente mais equilibrada.

Como responde àqueles que consideram os investimentos nas energias renováveis demasiado elevados para os resultados obtidos?

A melhor resposta para os cépticos é a análise dos factos. A aposta

nas renováveis tem um custo de antecipação, ou seja, pelo facto dos promotores serem pioneiros e não esperarem pelo desenvolvimento da curva de experiência das novas tecnologias, o preço que recebem inclui um prémio de mercado.

No entanto, se a aposta for bem sucedida, como acreditamos que será, em breve a nossa economia beneficiará do ganho de ter antecipado a aposta em novas tecnologias, reduzindo a volatilidade dos preços da energia e desenvolvendo a sua autonomia, a sua capacidade exportadora e o seu potencial de criação de emprego.

Só quem antecipa e inova pode ambicionar liderar num sector económico, como Portugal está a conseguir fazer nas energias renováveis e em nichos importantes da eficiência energética.

Embora os ganhos mais substanciais se venham a reflectir nos próximos anos, uma análise custo-benefício aplicada por exemplo ao actual exercício económico (2010) demonstra sem dúvida que a aposta nas renováveis tem já agora benefícios muito superiores aos custos.

Sem ser exaustivo e sem contabilizar os ganhos de redução de emissões, basta referir que com um prémio de mercado de menos de 500 milhões de euros se evitam mais do que esse valor em importações, serão criados mais de 10 mil novos postos de trabalho, se exportarão mais de 250 milhões de euros de tecnologias desenvolvidas pelo cluster das renováveis e se pagarão rendas e compensações superiores a 400 milhões de euros, distribuídas de forma harmoniosa por todo o território.

Acresce ainda o valor da vantagem tecnológica, dos saberes adquiridos e do posicionamento

estratégico de liderança conseguido, que só por si mais do que justificam a aposta em curso.

Para além da defesa do ambiente, quais os principais benefícios, nomeadamente económicos e em particular na criação de emprego, da aposta do Governo nas renováveis?

A Estratégia Nacional de Energia e o Plano Novas Energias que a concretiza visa desenvolver um *cluster* industrial competitivo em torno das energias renováveis, apostando nos recursos endógenos e na eficiência energética, garantindo em simultâneo o abastecimento seguro e a viabilidade económica, social e ambiental do modelo.

As nossas projecções feitas com base em modelos rigorosos e comparações internacionais permitem-nos esperar criar nos próximos 10 anos pelo menos 120 mil postos de trabalho nestas áreas, atrair 31 milhões de euros de novos investimentos, acrescer mais de 1% o PIB e reduzir em 25% o défice comercial do País, constituindo uma intervenção estrutural poderosa e decisiva para a qualidade de vida e para a criação de novas oportunidades para a economia portuguesa.

Que comentário lhe merece o recente manifesto assinado por diversas personalidades que defendem a opção pelo nuclear?

Saúdo o manifesto pelo facto de ter dado um contributo para que a Estratégia Nacional de Energia fosse ainda mais debatida na sociedade portuguesa.

Uma Estratégia com a ambição e horizonte da Estratégia Nacional para a Energia 2010/2020 tem que conjugar uma visão forte com um foco na acção permanente e imedia-



ta e com uma abertura permanente para o debate e a adaptação às dinâmicas tecnológicas e económicas entretanto verificadas.

Lamento, contudo, que o citado Manifesto se tenha posicionado como uma tomada de posição contra a política do governo, sem assumir alternativas e deixando apenas nas entrelinhas as preferências dos signatários, ora por um regresso ao passado e à dependência total de energias fósseis importadas e altamente poluentes, ora por uma não

fundamentada aposta na energia nuclear chave na mão.

Perante manifestos contra, nós preferimos ser a favor do desenvolvimento e competitividade da nossa economia, baseando a nossa estratégia de garantia base do sistema electroprodutor numa combinação entre o hídrico, o eólico, a bombagem e o gás natural, que é eficaz, incorpora recursos nacionais, cria emprego e conhecimento, é segura e é competitiva.

Aguardamos, no entanto, com

Estado da Energia e da Inovação

“Mostra ambição e confiança no futuro da nossa economia”



curiosidade que os defensores do modelo de dependência externa 100% dos fósseis ou do nuclear explicitem melhor as suas ideias. Por exemplo, os portugueses gostariam certamente que os defensores do nuclear explicitassem de forma clara quanto custaria uma central nuclear, qual o modelo de financiamento, que valor nacional incorporaria, que garantias de segurança daria e em que localização seria implantada.

Responde a actual política

energética às premissas de um desenvolvimento sustentável?

Responde sem qualquer dúvida. Foi durante a presidência portuguesa da União Europeia que foi definido o pacote energia clima, que constitui um dos programas mais ambiciosos de promoção duma economia sustentável. Portugal não apenas está em condições de cumprir as metas desse pacote, como em termos de produção de energia primária a partir de fontes renováveis deverá ir muito

além dos 20% e atingir em 2020 um valor de 31%. A Estratégia Nacional para a Energia não é apenas sustentável por ser verde e amiga do ambiente. É sustentável também porque é inteligente, incorporando uma forte aposta no conhecimento, na tecnologia e na inovação e porque é inclusiva, criando emprego e oportunidades empresariais em todo o território e para empresas de grande dimensão ou para pequenas e médias empresas.

A aposta do Governo nas energias renováveis veio mesmo para ficar como disse o primeiro-ministro na sessão de apresentação da InovCity em Évora?

A prova de que veio para ficar foi a aprovação da Estratégia Nacional para o horizonte de 2020, com um Plano de acção (O Plano Novas Energias) e uma ambição internacional traduzida na marca (Re. New. Able) que expressa que Portugal tem apostas actuais, inovadoras e disponíveis para as necessidades do mercado global.

É, aliás, importante salientar que a Estratégia contou para a sua formulação com contributos muito diversos de toda a sociedade portuguesa e tem sido recebida com um grande nível de consenso no meio académico e no meio empresarial.

Com a excepção do manifesto crítico já referido, que deu origem aliás a múltiplas respostas contrárias na sociedade civil, a estratégia nacional para a energia está a assumir a dinâmica duma agenda mobilizadora e dum movimento de modernidade partilhado e alargado.

No âmbito da economia do mar, em que ponto se encontra a investigação científica de forma a tirar partido da energia das ondas?

Em Portugal têm sido desenvolvidos diversos projectos pré-comerciais neste domínio. Empresas portuguesas têm também integrado parcerias internacionais muito promissoras. Esperamos assinar muito em breve o contrato de concessão com a REN para o estabelecimento da zona-piloto, dando dimensão crítica à investigação, para que Portugal traduza a sua liderança na investigação para

a liderança na produção comercial de energia das ondas.

Que balanço faz, designadamente ao nível dos resultados já visíveis, das medidas que foram implementadas no âmbito do Plano Tecnológico?

O Plano Tecnológico é uma agenda de modernização madura e que continua a marcar de forma impressiva a nossa sociedade e a reflectir-se nos diversos indicadores internacionais que medem os progressos feitos no conhecimento, na tecnologia, na inovação e nos serviços prestados aos cidadãos.

Nunca é de mais sublinhar que Portugal é líder do ranking europeu de sofisticação e disponibilização de serviços públicos on-line e que isso se traduz em melhores condições para os cidadãos e as empresas

Portugal tem que exportar mais, mas aquilo que está a exportar hoje tem mais valor acrescentado e reflecte um novo posicionamento dos nossos serviços e da nossa indústria

accederem aos serviços públicos essenciais.

Os resultados visíveis são muitos. O European Innovation Scoreboard (EIS) que conjuga mais de três dezenas de indicadores e de resultados conseguidos pelos diversos Países, mostra que na vigência do Plano Tecnológico, Portugal subiu nove lugares e foi mesmo o país que mais melhorou em termos relativos nos indicadores de conhecimento (primeiro no progresso relativo em ciência e segundo em qualificação dos recursos humanos).

A dinâmica do Plano Tecnológico vai permitir fazer da economia digital um dos sectores-chave da recuperação da nossa economia e da sua internacionalização.

Hoje, a nossa balança tecnológica é positiva. A que se deve, na sua opinião, este facto que tem sido insistentemente realçado pelo primeiro-ministro?

É positiva há três anos consecutivos e resistindo ao impacto da crise conjuntural, evidenciando uma mudança do nosso perfil competitivo.

Portugal tem que exportar mais, mas aquilo que está a exportar hoje tem mais valor acrescentado e reflecte um novo posicionamento dos nossos serviços e da nossa indústria.

Não podemos abrandar no esfor-

ço qualitativo ao nível do nosso perfil competitivo, mas neste momento o desafio é sobretudo aumentar a quantidade exportada mantendo a estrutura de qualidade já atingida.

Porque é que a aposta na inovação é tão importante, designadamente ao nível da competitividade da nossa economia?

Exactamente por aquilo que referi na questão anterior. É a inovação que permite diferenciar os produtos e competir em nichos de mercado com mais valor acrescentado.

Portugal não tem um mercado interno forte por razões económicas e demográficas e por isso para a nossa economia a diferenciação de mercados e a captura de nichos especializados é muito importante. Para isso o conhecimento, a tecnologia e a inovação são fundamentais.

Como vê os constantes elogios que têm sido feitos por diversas instâncias à prioridade dada pelo Executivo socialista à inovação?

É sempre bom ver reconhecida a qualidade duma política pública e também constatar que o Plano Tecnológico é hoje considerado uma boa prática inspiradora para outros países da União Europeia e fora dela.

No entanto, os melhores “elogios” são os resultados obtidos. Resultados que têm muito bons em termos de “input” para a capacidade da economia e que espero se possam reflectir de forma mais expressiva no “output” assim que for ultrapassada a forte pressão da crise internacional.

Participou recentemente no 12º Fórum Internacional de Energia, no México, em que estiveram representantes de mais de cem governos. Das principais conclusões deste encontro, o que pode ser aplicado ao nosso país?

Foi um fórum muito importante para definir uma agenda de diálogo internacional em termos de sustentabilidade energética. Portugal teve oportunidade de ser convidado a apresentar a sua estratégia para a energia como um bom exemplo de sustentabilidade e desenvolvimento social harmonioso, com base na exploração dos seus recursos endógenos. Foi mais um fórum em que ficou patente a modernidade da nossa estratégia e o seu carácter inovador, pioneiro e exemplar.

Investimento de 2,3 mil milhões na requalificação de 500 escolas do país

Está em curso a maior concentração de investimento na rede de ensino público da história da educação em Portugal tendo em vista a requalificação e a modernização do parque escolar e a criação de novos centros escolares.

PARA conferir o andamento das obras, os deputados socialistas, numa iniciativa coordenada pela vice-presidente da bancada Manuela de Melo e pelo deputado Bravo Nico, coordenador da Comissão de Educação e Ciência, e no âmbito das comemorações do 25 de Abril, continuou no passado dia 26 de Abril, a exemplo do que já tinham feito no dia 19, a visita a dezenas de estabelecimentos escolares de norte a sul do país abrangidos pelo Programa de Modernização do Parque Escolar e pelo Programa Nacional dos Centros Escolares (rede escolar).

Deslocações que serviram também, como salientou o deputado Bravo Nico, para fazer o ponto da situação em relação à construção dos centros em escolas que estão a ser desenvolvidos pelos municípios, contactar com a realidade de

cada obra, recolher informações, falar com professores, directores e com os alunos, ouvir os autarcas e saber da evolução dos programas que estão no terreno os quais se dirigem à requalificação de mais de 500 escolas por todo o território nacional até 2015 e apresentam um investimento global que ascende a 2,3 mil milhões de euros.

Recorde-se que o Programa de Modernização do Parque Escolar representa a maior fonte de obra do país, não só ao nível da requalificação e da modernização dos edifícios escolares, mas também na possibilidade de se criarem as condições para que haja uma abertura das escolas à comunidade, introduzindo um modelo de gestão sustentável que visa a conservação e a manutenção dos edifícios ao longo da sua vida útil.

Com efeito, enquanto o Progra-

ma da Parque Escolar se destina às escolas do ensino secundário, prevendo-se que seja o responsável pela modernização de cerca de 75% das escolas secundárias do país, criando mais de oito mil postos de trabalho, directos e indirectos, assim como o envolvimento e a participação de cerca de 2500 empresas das mais diversas áreas de actividade, a iniciativa rede escolar está voltada para o reordenamento e requalificação da rede do ensino básico e da educação pré-escolar, tendo as autarquias como promotoras, contando já com 515 candidaturas aprovadas e um investimento suportado pelo Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e pelos fundos do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), em cerca de 1,2 milhões de euros.

Mais de 60 escolas visitadas

Os deputados socialistas, depois de no dia 19 de Abril terem realizado visitas a escolas nos distritos de Aveiro, Braga, Guarda, Faro, Lisboa, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real, deslocaram-se,

no passado dia 26 de Abril a mais um conjunto de estabelecimentos de ensino, desta feita nos distritos do Porto, Leiria, Castelo Branco, Évora, Beja, continuando ainda visitas a escolas nos concelhos de Lisboa, Setúbal, Viseu e Coimbra, completando assim o périplo nacional pelos diversos estabelecimentos de ensino público que estão a ser objecto de obras de modernização.

Para o deputado Bravo Nico, as visitas que os deputados socialistas fizeram às diversas escolas do país que estão a ser objecto de obras de requalificação e modernização tiveram em vista, por um lado, “recolher o máximo de informação possível” sobre o andamento dos trabalhos”, o que, segundo o coordenador da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, “foi amplamente conseguido o que nos deixou bastante optimistas”, e, por outro lado, constatar o enorme passo em frente que esta iniciativa está a representar para a qualificação do ensino em Portugal, provando que o Governo não se está a desviar um milímetro do objectivo anunciado de apostar

no futuro dos portugueses na sua qualificação e educação.

Também para a deputada Manuela de Melo esta iniciativa reveste-se de uma grande importância política, designadamente por possibilitar que um grande número de deputados socialistas pudessem verificar no terreno a importância do trabalho que a Parque Escolar está a desenvolver na requalificação das escolas secundárias, incluindo “as escolas do ensino artístico como a Soares dos Reis, no Porto, e a António Arroio, em Lisboa”, a par do trabalho igualmente empreendido pelas autarquias ao nível das suas competências nos estabelecimentos do pré-escolar e do ensino básico.

Para a deputada socialista, esta iniciativa permitiu ainda dar maior visibilidade ao “extraordinário trabalho” que a Parque Escolar e as autarquias em ligação com o Governo estão a desenvolver na requalificação de cerca de 500 estabelecimentos de ensino ao longo de todo o território nacional, o que irá permitir às escolas uma mais adequada integração de todos os alunos. **R.S.A.**



Pacote anticorrupção do PS aprovado na AR

“Uma forma de oferecer um contributo para a dignificação da democracia” e para “a transparência do Estado de Direito”, foi com esta afirmação que o vice-presidente da bancada parlamentar socialista, Filipe Neto Brandão, sintetizou os objectivos dos projectos anticorrupção do PS, aprovados na generalidade, no dia 22, na Assembleia da República, e que partiram de um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Vera Jardim.

ENTRE os diplomas aprovados com os votos favoráveis do PS, BE e PCP e a abstenção do PSD e CDS, conta-se um projecto-de-lei que consagra o crime urbanístico, punindo com uma moldura penal de três anos de prisão ou pena de multa para quem construir, reconstruir ou ampliar imóvel contra as normas urbanísticas de forma consciente.

A proposta socialista exclui, a este nível, as “obras de escassa relevância urbanística”.

É igualmente proposta a punição do funcionário que “informe ou decida favoravelmente um processo de licenciamento ou de autorização, ou preste informação falsa sobre leis e regulamentos aplicáveis”, sendo por isso punido com uma pena até três anos de cadeia ou multa.

De acordo com o projecto-de-lei do PS, a pena será agravada para até cinco anos de prisão ou multa caso o objecto da licença ou autorização incidir sobre a via pública, terreno de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, bem como do domínio público ou terreno especialmente protegido por disposição legal.

O PS pretende ainda punir os titulares de cargos políticos que informem ou decidam favoravelmente um processo de licenciamento ou de autorização contra as normas urbanísticas em vigor.

Para o titular de cargo político é proposta uma pena de prisão até três anos ou multa, sendo agravada para até cinco anos de cadeia caso o objecto de licença ou autorização incidir sobre a via pública, terreno de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, bem do domínio público ou terreno especialmente protegido por disposição legal.

No pacote de medidas do PS, consta também um novo crime de corrupção para o titular de cargo político, que no exercício das suas funções solicitar ou aceitar, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa. O diploma prevê uma pena de um a cinco anos. O PS cria também a figura do arrependido, isentando de pena os cidadãos que queiram colaborar com a justiça.

A suspensão dos mandatos para autarcas acusados, em primeira instância, de crimes puni-



veis com pena igual ou superior a três anos de prisão é outra das propostas socialistas. Assim, com este projecto de lei, o PS pretende “estabelecer regras que salvaguardem critérios de igualdade no exercício de cargos políticos e prevenir os graves danos para o prestígio do poder local democrático resultantes da permanência no pleno exercício de funções de titulares de órgãos autárquicos acusados definitivamente, ou mesmo condenados em primeira instância, pela prática de crimes que a Constituição considera incompatíveis com o exercício de cargos políticos”.

Outro projecto-de-lei do PS aprovado na Assembleia da República

estabelece que para os trabalhadores do Estado a exclusividade de funções passa a ser a regra, enquanto a acumulação de funções públicas com funções privadas passa a ser uma excepção. O diploma admite, porém, “excepções que se justificarão sempre à luz do interesse público”.

No rol de medidas anticorrupção apresentadas pelos deputados socialistas, está também o alargamento da obrigatoriedade dos membros de órgãos de gestão de institutos públicos e entidades reguladoras, de gestores de empresas concessionárias de serviço público de fazerem a respectiva declaração de rendimentos junto do Tribunal Constitucional.

O Grupo Parlamentar do PS viu também aprovado um projecto-de-lei que propõe maior flexibilidade no acesso ao levantamento do sigilo bancário, visando combater a evasão e fraude fiscais. Assim, o diploma alarga o levantamento do sigilo bancário em caso de dívidas à Segurança Social, uma vez que “colocam em causa o bom e sustentável funcionamento do sistema de apoio social”.

Os socialistas propõem-se ainda agravar o crime de corrupção para acto lícito de dois para mais de cinco anos, de forma a que o seu prazo de prescrição seja de dez anos, tal como já acontece para os crimes de corrupção para acto ilícito. J. C. C. B.

Plataforma marítima portuguesa poderá ser maior do que o território da União Europeia

PORTUGAL tem excelentes perspectivas de ver a sua plataforma continental alargada, após o acolhimento favorável por parte das Nações Unidas da nossa pretensão.

A ser aprovada, ao que tudo indica, a proposta portuguesa de extensão, cuja avaliação final deverá estar concluída entre 2013 e 2014, o país passará a dispor de uma das maiores áreas marítimas do mundo, o que lhe confere excelentes probabilidades de avançar para a exploração dos recursos marítimos e das riquezas ali existentes.

Para o secretário de Estado da Defesa e Assuntos do Mar, Marcos Perestrello, se, por um lado, o passo imediato passa pela aprovação pelo Governo do quadro legal que irá definir a “forma como vamos explorar estes recursos”, mecanismo que está a ser desenvolvido entre a Estrutura de Missão para a Exploração da Plataforma Continental (EMEPC) e a dos Assuntos do Mar em conjunto com a Direcção Geral de Geologia



e Energia, por outro lado, existe desde já a certeza que esta exploração “terá sempre que ser em benefício dos portugueses”.

Com este alargamento, a jurisdição de Portugal sobre a sua zona marítima alargará das actuais 200 milhas, correspondendo aos limites da actual Zona Económica Exclusiva (ZEE), para as 350 milhas, ou seja, passa dos actuais 1,8 milhões de quilómetros quadrados para 3,6 milhões, uma área aproximada à da União Europeia no seu conjunto.

Este facto, referiu aquele governante, permite concluir, desde já, que o trabalho que se tem vindo a desenvolver, a pretexto da extensão da plataforma, “mostra-nos que nos fundos que já estão sob a nossa responsabilidade existem riquezas que desconhecíamos e potencialidades do ponto de vista económico, científico e médico”.

Riquezas que, segundo Marcos Perestrello, incluem recursos aplicáveis designadamente às indústrias da biotecnologia, farmacêutica

e cosmética, mas também minérios de alta rentabilidade e hidrocarbonetos.

Na opinião do secretário de Estado, a rentabilização e aproveitamento de jazidas de petróleo, caso existam em quantidade e qualidade suficiente, permitiria que o país reduzisse a sua actual dependência energética, cenário que na sua perspectiva não deverá constituir um obstáculo a que o país se bata por um quadro de boas práticas a nível mundial, de forma a garantir, por um lado, “a preservação ambiental dos oceanos” e, por outro lado, “sermos capazes de definir internacionalmente o quadro técnico legal no qual se fará a exploração destes recursos”.

Recursos em hidrocarbonetos ou em gás natural que, caso existam, lembra ainda aquele responsável governamental, necessitarão de dois a três anos para serem validados e de cerca de 10 anos, no caso particular dos hidrocarbonetos, para se poder empreender uma exploração comercial rentável. R.S.A.

Sócrates anuncia apoios financeiros para reconstrução da Madeira



No esforço da reconstrução da Madeira o Estado vai assumir responsabilidades na ordem dos 740 milhões de euros e o Governo Regional, juntamente com donativos privados e seguradoras, vai suportar 309 milhões, montantes aos quais se acrescem 31 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia, anunciou recentemente o primeiro-ministro, José Sócrates, no Funchal, onde avançou que os prejuízos causados pelo temporal de 20 de Fevereiro foram avaliados em 1080 milhões de euros.

EM conferência de Imprensa realizada no passado dia 19 de Abril e após uma reunião entre os responsáveis do Governo da República e Regional, José Sócrates adiantou ainda que a Lei de Meios destinada à reconstrução seria aprovada em Conselho de Ministros na semana seguinte.

O valor dos prejuízos causados pelo temporal foi determinado pela comissão paritária constituída por elementos dos dois executivos com os objectivos de “identificar as necessidades, instituir fontes de financiamento e distribuição de responsabilidades”, apontou.

“A comissão estima que as necessidades de reconstrução, uma estimativa dos prejuízos fiável, é de 1080 milhões de euros. É esse montante que a comissão nos diz que é necessário reunir para que se promovam todas as obras de reconstrução da Região Autónoma da Madeira”, declarou Sócrates.

Sobre as “quatro fatias que estruturam a responsabilidade do Governo da República”, o primeiro-ministro enunciou que haverá

transferências de fundos do Orçamento na ordem dos 200 milhões de euros nos próximos exercícios até 2013, começando em 2010, uma reafecção do Fundo de Coesão (265 milhões) e do PIDDAC (25 milhões) e será contraído um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) de 250 milhões.

“Vamos iniciar a reprogramação do nosso Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e iniciaremos imediatamente, através do Ministério das Finanças, o pedido de contrato com o BEI para empréstimos que permita que a Madeira comece imediatamente a usar esse dinheiro para financiar os seus projectos”, apontou, acrescentando que será accionado ainda e “de forma imediata” a candidatura ao Fundo Europeu de Solidariedade, (comparticipação de 31 milhões de euros), um processo que foi desencadeado no Funchal com o documento a ser formalmente assinado pelo ministro da Administração Interna, Rui Pereira.

Ao ser questionado pelos jor-

nalistas sobre o impacto que estas medidas terão na política económica do país, José Sócrates enfatizou “ter a perfeita consciência da responsabilidade que terá sobre o Orçamento Nacional”, frisando, porém, que “a obra de reconstrução da Madeira sempre foi vista pelo Governo como uma prioridade”.

“Não é apenas uma prioridade para todos os madeirenses, é uma prioridade para todo o país e este esforço que vamos fazer é perfeitamente compatível com os objectivos orçamentais e honra a vontade de todos os portugueses, para que fique claro que todos estamos ao lado dos madeirenses neste esforço de reconstrução”, sustentou.

Reconstrução é símbolo de união

Nesta ordem de ideias, o primeiro-ministro afirmou também que a obra de reconstrução da Madeira é um símbolo daquilo que une Portugal.

“Perante a tragédia, o dever da controvérsia política é calar-se para que falemos os sentimentos nobres de humanidade, de solidariedade e do dever que temos para com os nossos compatriotas”, afirmou, destacando serem “esses laços de amor ao país, esse patriotismo que a todos nos une e a todos nos aproxima”.

José Sócrates saudou igualmente “o trabalho, o esforço e a dedicação que todos os portugueses podem ver na Região Autónoma da Madeira ao longo destas duas últimas semanas”.

“O dever da política é falar com respeito e com consideração desse trabalho”, afirmou, lembrando de seguida que esta sua segunda deslocação à Madeira, desde a tragédia de Fevereiro, visava assinalar “a vontade de todos os portugueses para cooperar para que esta obra de reconstrução fique como símbolo daquilo que nos une, que é o sentimento de amor à Pátria”.

No dia em que assistiu, pela primeira vez, no Funchal, ao cortejo alegórico da Festa da Flor, evento escolhido para assinalar oficialmente a reposição da normalidade do destino turístico Madeira, o primeiro-ministro garantiu existir “uma forte colaboração e empenhamento” por parte dos governos Regional e da República para concretizar a reconstrução o mais rápido possível.

“Fiquei agradavelmente surpreendido, primeiro por poder partilhar com os madeirenses este dia que é especial, de alegria, muito emotivo”, disse, para de seguida acrescentar que “todos os portugueses olham para a Madeira neste dia com um nó na garganta de quem se entusiasma ao ver o regresso ao optimismo”.

Manifestando satisfação pela forma como as coisas correram e por se ter definido rapidamente e bem o que é necessário fazer, quanto custa, como fazer e que meios de financiamento afectar definir”, José Sócrates confidenciou fazer a visita “com a emoção de quem assistiu ao que assistiu há uns tempos atrás e quem verifica este trabalho todo que os madeirenses fizeram, que o

Governo Regional fez, e que é recebido por todos os portugueses com uma profunda admiração”,

“Venho também aqui estar junto dos madeirenses para dizer que nos orgulhamos pelo trabalho que fizeram”, adiantou.

Novo ciclo de confiança

Já à chegada ao Aeroporto Intercontinental de Santa Catarina, no dia anterior, o primeiro-ministro salientara que o seu regresso à Madeira acontece num “ambiente diferente” que marca um novo ciclo também “na vontade de cooperar para recuperar a ilha”.

“É um ambiente muito diferente daquilo que vi há uns tempos quando vim cá exactamente depois da tragédia. Acho que este momento marca um novo ciclo de confiança na Madeira, nos madeirenses, e de vontade de cooperarmos para fazermos aquilo que há a fazer para recuperar rapidamente a região”, vincou.

E destacou: “Venho para simbolizar o que é a expressão de solidariedade dos continentais com a Madeira e uma união patriótica para que ponhamos para trás das costas a tragédia e comecemos a construir aquilo que se deve construir”.

Por seu turno, e ao terminar oficialmente a visita do primeiro-ministro à região, o presidente do Governo, Alberto João Jardim, disse que a postura adoptada por José Sócrates na sequência da tragédia que assolou a Madeira constituiu “uma lição do que é definir o interesse nacional e de ética política”. M.R.

XIV Congresso do PS/Açores

Autonomia responsável e um novo ciclo de desenvolvimento

A forte capacidade de liderança de Carlos César, com um “grande trabalho” à frente do PS/Açores, que tem como marca “uma autonomia responsável”, foi elogiada por José Sócrates, na sessão de encerramento do congresso dos socialistas açorianos, que decorreu de 16 a 18 de Abril, em Angra do Heroísmo, na Terceira, sob o lema “Um novo ciclo, para vencer novos desafios”. Já o reeleito presidente do PS/Açores incluiu o secretário-geral e primeiro-ministro no “restrito clube de políticos nacionais”, cuja adesão à autonomia “não se mede pelas palavras”, e prometeu um novo impulso reformista, no quadro de um desenvolvimento sustentado.

“CARLOS César, fizeste um grande trabalho com o PS nos Açores”, afirmou José Sócrates, que qualificou o também presidente do Governo Regional como “um dos mais distintos políticos do país”, um grande líder, que tem muito a dar ao país”.

Para o secretário-geral do PS, a liderança de Carlos César permitiu construir um partido “forte e unido, que está neste congresso a olhar para o futuro”.

“Este partido dedica-se a olhar para a frente, mas bem podia olhar para trás, porque serviu muito bem os Açores nos últimos anos”, afirmou Sócrates, sublinhando que os Açores, entre 1996 e 2008, sob a governação socialista, foi “a região portuguesa que mais cresceu em termos económicos”.

O secretário-geral elogiou o facto de os socialistas açorianos não ficarem “sentados em cima dos êxitos” e mostrarem “a insatisfação de quem quer ir mais longe”.

E considerou que “o PS/Açores tem ambição, vontade e energia para liderar os Açores num novo ciclo de desenvolvimento”, realçando a importância que é dada na região ao investimento em áreas como a educação, a ciência e a energia.

“A educação, a economia digital e a energia são os temas do futuro”, defendeu José Sócrates, para quem esta “agenda de progresso é garantia de liderança para um novo ciclo”.

Catorze anos de crescimento e coesão

Já Carlos César fez um balanço “muito positivo” do trabalho realizado pelos governos regionais socialistas desde que chegaram ao poder há 14 anos.

“Falámos sempre mais dos Açores que do partido, mobilizámos as pessoas e usámos o tempo para construir, ao contrário de outros que querem destruir, e sabemos que temos de fazer mais, mas

sobretudo melhor”, afirmou, apelando aos socialistas açorianos para que olhem “mais para o futuro”, de modo a evitar retrocessos que coloquem a região “à beira da bancarrota”, como se encontrava em 1996.

Referindo que é preciso ter os “sentidos postos nas realidades açorianas”, o líder do PS/Açores prometeu um “novo ciclo de abertura à economia, à problemática social e política e a novas relações externas ancoradas nos interesses da região”.

Carlos César defendeu ainda novas políticas que beneficiem os açorianos, adiantando que “as ilhas do Faial e do Pico vão integrar os benefícios que são aplicados às denominadas ilhas de coesão”.

Esta designação, explicou, abrange actualmente as ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria, as mais desfavorecidas do arquipélago.

“Também esperamos conseguir moderar os preços das ligações aéreas entre o continente e os Açores, colocando-os abaixo dos 100 euros, o que vai beneficiar a economia e, em particular, o turismo e os residentes no arquipélago”, acrescentou.

Na sua intervenção, o presidente do PS/Açores abordou também o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que, disse, “tem de ser o que é, gastando menos agora para crescer depois”. Neste contexto, sublinhou que “tem de ser desenvolvido numa base solidária, tendo em conta as capacidades dos cidadãos”.

Carlos César fez questão de salientar que, apesar das restrições que são impostas ao país, “o Governo da República não afectou as transferências para a região”.

O também presidente do Governo Regional prometeu ainda reforçar os apoios às empresas e às famílias, para que o arquipélago “retome a velocidade de cruzeiro no crescimento e desenvolvimento que vinha tendo”.



Uma prioridade que passa, segundo referiu, por melhorar o sector da educação, que considerou “central” para o futuro da região, aumentar o número de médicos de família, não sobrepor estruturas mas melhorá-las e diminuir burocracias são metas obrigatórias.

Num longo discurso que encerrou os trabalhos desta reunião magna, Carlos César falou ainda da questão autonómica, tecendo elogios à postura de José Sócrates nesta matéria. “Foi dos poucos e aquele que mais claramente apoiou a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores e a Lei das Finanças Regionais que fez justiça aos Açores e aos açorianos”, disse.

“Sócrates é um apoio seguro, bem como o de todo o PS para ganharmos uma autonomia mais segura”, sublinhou, recordando

que na revisão do estatuto houve “mais centralismo em certos espíritos de decisores nacionais do que no texto da Constituição da República”.

Moção de César aprovada

A moção de orientação política global apresentada por Carlos César, reeleito presidente do PS/Açores com 99,3% dos votos, foi aprovada por maioria, apenas com uma abstenção, no congresso regional do partido. Na moção, intitulada “Um novo ciclo de reforma para uma região sustentável e uma autonomia segura”, Carlos César apela à mobilização dos socialistas açorianos para enfrentar os desafios que se colocam num novo ciclo reformista que o PS pretende liderar na região. De salientar ainda que

a renovação do partido é uma das principais ideias do documento, traduzida, aliás, na composição dos órgãos dirigentes, que se candidatarão em listas únicas.

Assim, a nova Comissão Regional, principal órgão do partido entre congressos, cuja lista apresenta uma renovação de cerca de 50% dos seus membros, foi eleita com 224 votos a favor, seis contra e 12 abstenções.

Para a Comissão Regional de Jurisdição, que tem apenas dois elementos que transitam da anterior e seis novos membros, foram registados 215 votos a favor, seis contra e 21 abstenções.

A nova Comissão de Fiscalização Económica e Financeira, que é integralmente nova, obteve 215 votos a favor, seis contra e 21 abstenções. J.C.C.B.



Portugal quer ouvir os luso-eleitos de todo o mundo

O Governo está a preparar um Fórum mundial onde vai reunir os portugueses eleitos nos vários países onde existem comunidades de origem nacional.

SEGUNDO anunciou o secretário de Estado das Comunidades, António Braga, este encontro, a realizar em Lisboa, será precedido de um estudo, “que se encontra já no terreno”, e onde se pretende avaliar de forma objectiva o perfil dos luso-eleitos e a qualidade do seu trabalho, de forma a se analisar a melhor maneira de poderem representar os interesses de Portugal junto das comunidades onde estão inseridos.

De visita a Paris, ao certame da associação de autarcas de Île de France, o governante lembrou que existem actualmente, só em França, mais de três mil autarcas de origem portuguesa, facto que deve ser valorizado e constituir um

factor de mobilização em defesa dos interesses de Portugal.

Referindo-se concretamente à inserção dos nossos concidadãos na sociedade francesa, António Braga disse que Portugal assume “com orgulho”, as responsabilidades atribuídas aos seus compatriotas nas diversas colectividades e estruturas onde estão representados recordando, todavia, que essas associações devem dispor das “necessárias condições” para se organizarem e deste modo poderem dar o seu contributo ao aprofundamento das relações entre os dois países.

A existência de luso-eleitos em todo o mundo é para o secretário de Estado das Comunidades uma importante mais-valia “e um ex-



traordinário sinal” de participação cívica dos portugueses nos países onde estão a viver, facto que “reforça e justifica” a organização de uma plataforma de troca de informações e de reflexão.

Neste sentido, disse, a realização do Fórum mundial de luso-eleitos, que terá lugar no final de 2010 ou no princípio do primeiro semestre de 2011, e que passará a reunir de dois em dois anos, pode e deve contribuir para “aperfeiçoar essa participação” permitindo que estes concidadãos se sintam mais apoiados e com um vínculo de pertença mais efectivo ao seu país de origem.

António Braga referiu, por outro lado, que o estudo que está a decorrer de actualização de luso-eleitos em todo o mundo ambiciona ainda ir mais além e contribuir de forma mais sustentada para a internacionalização da economia portuguesa. **R.S.A.**

DEMOLIÇÕES DE HABITAÇÕES ILEGAIS NA RIA FORMOSA

COMEÇARAM na Ria Formosa, no Algarve, as demolições de habitações de raiz clandestina que escaparam às tempestades do último Inverno.

Para assinalar o início desta operação, a ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, deslocou-se à ilha da Fuseta para simbolicamente ordenar o começo dos trabalhos que no primeiro dia desmantelou um conjunto vasto de habitações que foram sendo construídas ao longo dos anos de forma ilegal.

A primeira fase dos trabalhos, que representa um investimento superior a 441 mil euros, deverá estar terminada no final de Junho para que a época balnear possa abrir em pleno no mês de Julho.

Reconhecendo que estas demolições e as outras que se seguirão nas restantes ilhas da Ria Formosa poderão levantar algumas situações de contestação por parte dos proprietários, a titular da pasta do Ambiente afastou, no entanto, a perspectiva de recurso a eventuais medidas repressivas ou à acção policial, mostrou-se antes confiante de que o processo possa decorrer na base do consenso e do diálogo, garantindo que as futuras intervenções nas restantes ilhas “são mesmo para avançar”, tendo em vista, como disse, contribuir para a “promoção da qualidade de vida na região”.

O núcleo habitacional da Fuseta, inserido na ilha da Armona, foi o primeiro local escolhido pela Sociedade Polis Litoral/Ria Formosa para avançar com as demolições de habitações clandestinas, já que era precisamente aqui que o risco de derrotada se apresentava mais avançado, sobretudo como consequência das tempestades do último Inverno.

Dulce Pássaro confirmou que só depois de terminada a empreitada de demolição, remoção de resíduos, limpeza do areal e do leito da ria, é que se avançará para a fase seguinte de requalificação, nomeadamente com a construção na ilha da Fuseta de um novo cais e de novos passadiços, obras que só terão lugar “quando terminar a época balnear”. **R.S.A.**



Renováveis ajudam a reduzir importação de combustíveis fósseis



PORTUGAL está a importar menos 500 milhões de euros por ano de combustíveis fósseis, garantiu o secretário de Estado da Energia e da Inovação, Carlos Zorrinho, em resultado da aposta do actual Governo na produção de energias renováveis.

Numa conferência em Lisboa, começou por rejeitar as críticas de que as renováveis não estão a contribuir para reduzir a dependência externa portuguesa, em termos energéticos, ou que estejam a ajudar a aumentar o défice tarifário.

Para o secretário de Estado, a tese subscrita por um grupo de

30 personalidades, entre elas a do ex-dirigente e ex-ministro do PSD, Mira Amaral, que vieram a público alertar para a necessidade de se repensar a aposta nas renováveis, criticando sobretudo o peso que podem ter no défice tarifário, não tem, para Zorrinho, “qualquer fundamento”, afirmando o governante que estes receios são desde logo desmentidos pelo facto das tarifas “cobrirem todos os custos”.

Portugal tem nas renováveis, aliás, como defendeu, uma posição pioneira, facto que lhe permite, à medida que o recurso a estas tecnologias se for massificando,

colher maiores benefícios, não só em termos de custos de energia, como ao nível da exportação de tecnologia e no número de empregos criados.

Esta certeza, sustentou, não afasta contudo o Governo da sua postura dialogante e de abertura, estando disponível para em qualquer momento encetar um diálogo sobre todas as opções energéticas, “incluindo a opção nuclear”, desde que o tema possa ser abordado numa respectiva global, ou seja, desde que a discussão “seja feita com base numa análise de todos os prós e contras”. **R.S.A.**

Inaugurada a maior fábrica de sofás da Península

UMA nova unidade de produção de sofás, a maior da Península Ibérica, foi inaugurada pelo primeiro-ministro em Tábua, no distrito de Coimbra.

“É disto que precisamos”, salientou Sócrates durante o seu discurso, acrescentando que “num momento em que toda a Europa vive uma crise económica”, só com mais investimento, emprego e aposta na exportação “se constrói um país melhor”.

Depois de saudar a “atitude de confiança” e de coragem demonstrada pelos responsáveis por este investimento, o primeiro-ministro realçou que nunca como agora o país necessitou tanto dos seus empresários, salientando a sua felicidade por ter estado no lançamento da primeira pedra desta nova fábrica, e também na sua inauguração, aproveitando para citar Miguel Torga, quando este afirmava que “A aventura não é chegar, é partir”.

Para o ministro da Economia e da Inovação, também presente na cerimónia, este “é um investimento inteligente e sustentável” destacando Vieira da Silva a qualidade e a competitividade dos produtos aqui fabricados, para acrescentar que esta é já hoje “uma empresa de referência no sector”.

A nova unidade de sofás de Tábua vai empregar nesta primeira fase 200 novos trabalhadores e criar até ao final deste ano mais 200 postos de trabalho que se juntarão aos 650 colaboradores deste grupo industrial que exporta mais de 60% da sua produção para 14 países.

O sector turístico tem um papel



inestimável na retoma da economia, defendeu o primeiro-ministro na cerimónia de inauguração de uma nova unidade hoteleira em Coimbra.

Confiança na economia portuguesa

Depois de louvar o grupo Vila Galé, responsável por mais este

empreendimento, por não ter desistido de investir “mesmo em momentos difíceis”, José Sócrates lembrou que são atitudes deste tipo, que, para além das mais-valias trazidas à economia, acarretam consigo também a criação de novos postos de trabalho, que não-de permitir que o país ultrapasse rapidamente e com êxito a actual crise económica com

que Portugal e todo o mundo se debatem.

O turismo, como sublinhou na sua intervenção o primeiro-ministro, representa “um dos eixos fundamentais” para um desenvolvimento sustentado da economia do país, realçando que com a inauguração desta nova unidade do grupo Vila Galé, tanto a cidade de Coimbra como toda a região

envolvente passam a dispor não só de mais oferta ao nível do turismo de lazer, como igualmente em relação ao segmento do turismo de negócios e de congressos.

A nova unidade hoteleira de Coimbra do grupo Vila Galé representou um investimento de 22 milhões de euros e implica a criação nesta primeira fase de 57 novos postos de trabalho. **R.S.A.**

Novo pólo turístico de excelência nasce em Alqueva

O PROJECTO do Parque Alqueva, que vai nascer na zona envolvente da albufeira alentejana, “inaugura” o novo pólo turístico “de excelência”, afirmou no dia 20 o primeiro-ministro, José Sócrates, acrescentando que “queremos construir aqui o que de melhor há no mundo” ao nível da oferta turística.

O Parque Alqueva “vai marcar um ‘standard’, de referência” para os projectos turísticos nacionais, abaixo do qual “não queremos nada”, disse José Sócrates, salientando que o empreendimento a cargo de uma sociedade de investimentos liderada pelo empresário José Roquette “tem tudo aquilo que é exigido pelos padrões turísticos e pelos mercados sofisticados”, ou seja, frisou, alia “excelência e qualidade” a “elevados padrões ambientais”.

O primeiro-ministro falava numa cerimónia que marcou o arranque oficial das obras do Parque Alqueva, em Reguengos



de Monsaraz, um novo complexo turístico baptizado como Roncão d’El Rei, que irá ocupar uma área superior a dois mil hectares.

Segundo José Sócrates, o “destino da indústria turística portuguesa” passa pela aposta “em mercados muito sofisticados e exigentes”, como é o caso deste complexo, defendendo que “é nesses domínios que queremos competir”.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro lembrou ainda as diversas mais-valias que o Alentejo e o país estão a ganhar fruto da construção da Barragem de Alqueva, o maior lago artificial da Europa, lançado durante o Governo de António Guterres, assim como as vozes críticas do empreendimento reclamado desde há várias décadas pelos autarcas e população alentejana. “Ainda bem que essas vozes não venceram”, afirmou.

O primeiro-ministro realçou ainda a

importância do avanço de investimentos privados, como o do Parque Alqueva, sobretudo quando o país e o mundo vivem “a maior crise económica e financeira dos últimos 80 anos”. No entanto, salientou, Portugal teve em 2009 “o quinto melhor resultado económico da Europa”, o que significa que “resistiu bem à crise”, sendo este o ano de “pôr as coisas a avançar”.

A cerimónia contou ainda com a presença de outros membros do Governo, como o ministro da Agricultura, António Serrano, e o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade.

Trata-se de um projecto classificado como de Potencial Interesse Nacional (PIN), que prevê quase mil milhões de euros de investimento global, a concretizar ao longo de duas décadas. A previsão actual aponta para a criação de mais de dois mil postos de trabalho directos e três mil indirectos.

Valter Lemos e Emprego

Manter os empregos existentes, inserir os jovens no mercado laboral e criar mais postos de trabalho ao mesmo tempo que se reforça o combate ao desemprego são os eixos centrais da iniciativa Emprego 2010 sobre a qual incide a entrevista do “Acção Socialista” a Valter Lemos.

O secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional explica em profundidade as medidas integradas neste conjunto que reforçam um programa similar e com sucesso implementado em 2009, sublinhando que o Governo espera intervir junto de 760 mil pessoas e investir mais de 417 milhões de euros.

Que medidas é que o actual Governo tomou para responder ao problema do desemprego?

A iniciativa Emprego 2010 foi lançada em resposta à necessidade de reforçar as medidas de promoção do emprego e de combate ao desemprego. A crise internacional que se instalou em 2008 fez sentir os seus efeitos sobre a economia e sobre o mercado de trabalho, tendo levado a um agravamento da taxa de desemprego, problema que fez com que já em 2009 tivesse sido alvo de uma iniciativa similar.

Embora esperando que em 2010 se começassem a sentir sinais de retoma, o Governo fixou o apoio ao emprego – e o reforço dos mecanismos de protecção social em caso de desemprego – como um dos seus domínios de intervenção prioritários. Em face deste contexto e perante os resultados alcançados com as intervenções efectuadas em 2009, o Governo entendeu dever conceber e implementar um programa de natureza similar em 2010, reforçando e reorientando algumas das medidas. Assim, a iniciativa Emprego 2010 integra um conjunto diversificado de medidas organizadas em três eixos: manutenção do emprego, inserção dos jovens no mercado de trabalho e criação de emprego e combate ao desemprego.

No primeiro eixo, mais orientado para a manutenção do emprego, que medidas foram tomadas?

No primeiro eixo inscrevem-se medidas que permitem a redução das contribuições para a Segurança Social a cargo das entidades empregadoras, em várias circunstâncias: nos casos dos trabalhadores com mais de 45 anos – ao serviço de micro e pequenas empresas – e dos trabalhadores que, em 2009, auferiam o salário mínimo nacional ou que, auferindo salários até 475 euros, tenham visto o seu salário ser aumentado em, pelo menos, 25 euros. Inscreve-se também no primeiro eixo o Programa Qualificação

– Emprego (PQE), que este ano foi renovado para o sector automóvel e tem vindo a ser implementando numa lógica sectorial, aplicando-se sucessivamente a sectores que se revelem estar mais expostos à crise económica e à sazonalidade, como têm sido os casos do comércio, do turismo, dos têxteis e do vestuário e também das madeiras e do mobiliário. Estamos neste momento a preparar-nos para alargar o PQE a mais três sectores, os quais serão oportunamente anunciados.

Neste eixo propomo-nos abranger cerca de 590 mil pessoas, implicando um investimento que anda na ordem dos 130 milhões de euros.

E quanto aos jovens, com que medidas de apoio à integração no mercado de trabalho é que podem contar?

Outro eixo muito importante desta iniciativa é o que se relaciona com a inserção profissional dos jovens. Este eixo comporta um conjunto articulado de medidas que visam dar resposta aos principais problemas com que se debatem os jovens na relação com o mercado de trabalho. Os estágios profissionais têm-se revelado o instrumento mais poderoso ao serviço da empregabilidade dos jovens, apoiando a transição da formação para a vida activa e promovendo uma inserção qualificada no mercado de emprego. Com efeito, uma parte significativa de jovens consegue um emprego na mesma empresa onde realizou com sucesso um estágio profissional. A duração relativamente longa dos estágios e o facto de os programas de estágio se destinarem essencialmente a jovens portadores de uma determinada qualificação propicia as condições adequadas à aplicação prática e à consolidação dos conhecimentos e das competências desenvolvidos durante a formação e à gestação da necessidade de a empresa contar com a colaboração do jovem depois de terminado o estágio.

Considerando o forte cresci-

mento do número de alunos que, no ensino secundário, frequentam formações de natureza profissionalizante, impulsionado pelo Programa Novas Oportunidades, o Governo decidiu criar estágios dirigidos especificamente a esses jovens, bem como àqueles que concluem cursos de especialização tecnológica. Propomo-nos abranger 10 mil jovens com este novo programa de estágios. A consistência e sustentabilidade desta medida são reforçadas por um programa de apoio à contratação dos jovens que realizem estes estágios, sendo privilegiadas as áreas tecnológicas e incentivadas as relações, para este efeito, entre as entidades formadoras e as entidades empregadoras.

Para os jovens portadores de licenciatura, entendeu-se dever reforçar o programa de estágios INOV, alargando-o a outros domínios de formação e intervenção e garantindo, em simultâneo, a continuidade dos programas já criados ao abrigo da iniciativa Emprego de 2009. Assim, em 2010 o Programa INOV abrangerá 5 mil jovens.

Ainda no eixo destinado à inserção dos jovens no mercado de trabalho, é reforçado o apoio à contratação sem termo de jovens à procura de primeiro emprego e de desempregados inscritos nos centros de emprego há mais de seis meses, concedendo-se às empresas um apoio financeiro directo a par da isenção, durante um determinado período de tempo, de pagamento de contribuições para a Segurança Social.

Existindo um conjunto crescente de jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade, a iniciativa Emprego contempla igualmente um programa de requalificação deste tipo de licenciados que estejam desempregados.

Neste segundo eixo de medidas prevemos abranger 35 mil jovens, implicando um investimento financeiro na ordem dos 144 milhões de euros.

Até agora não foram referidas



Explica iniciativa Emprego 2010



medidas que se apresentem como instrumentos efectivos de criação de emprego e de combate ao desemprego, sobretudo para os públicos que apresentam maior dificuldade.

O terceiro eixo da iniciativa reúne as medidas dirigidas expressa e directamente à criação de emprego e ao combate ao desemprego. Neste âmbito, temos medidas que reforçam os apoios à contratação sem termo de desempregados inscritos há mais de seis meses nos centros de emprego e à contratação, sem termo e a termo, de desempregados com mais de 40 anos inscritos há mais de nove meses. Em qualquer dos casos prevê-se, para as empresas, apoios financeiros directos e isenções, durante um certo período, de contribuições para a Segurança Social.

Os estágios são também aqui utilizados, abrangendo os desempregados não subsidiados maiores de 35 anos que tenham concluído o ensino básico ou secundário através das Novas Oportunidades ou que tenham concluído uma li-

cienciatura. Nestes casos, os apoios estatais incidem sobre as bolsas de formação. Complementarmente, às entidades empregadoras que celebrem um contrato de trabalho sem termo com estes estagiários é concedido um apoio financeiro directo, a par da isenção, durante um certo período, das contribuições para a Segurança Social.

Foi também reforçado o número de pessoas a abranger pelos “contratos de emprego – inserção”, destinados a desempregados subsidiados que desenvolvem actividades consideradas socialmente úteis, bem como o número de indivíduos a abranger pelos “contratos de emprego – inserção +”, destinados a desempregados beneficiários do rendimento social de inserção que também desenvolvam actividades consideradas socialmente úteis. É previsível que sejam abrangidas 62 mil pessoas através destes dois tipos de contratos, implicando um custo de 40 milhões de euros.

Finalmente, importa também destacar outras medidas tomadas pelo Governo, no âmbito da iniciativa Emprego 2010: o prolongamento, por um período de seis meses, da atribuição do subsídio social de desemprego

inicial ou subsequente ao subsídio de desemprego que tenha cessado ou venha a cessar durante o ano de 2010; o prolongamento, até 31 de Dezembro do corrente ano, do prazo para que os desempregados, há três meses ou mais, que tenham um crédito à habitação própria permanente se possam candidatar a uma linha de crédito extraordinária para financiamento de metade da sua prestação mensal. O Governo decidiu ainda reforçar a linha de crédito bonificada para apoio à criação de empresas por parte de desempregados.

Através deste terceiro eixo de medidas prevemos apoiar cerca de 136 mil pessoas, o que implicará um encargo financeiro de aproximadamente 144 milhões de euros.

Assim, as metas fixadas para a iniciativa Emprego 2010 no seu conjunto apontam para uma intervenção junto de 760.150 pessoas, o

perfil de qualificação da população jovem e da população adulta. Assim, e a título de exemplo, o crescimento significativo do número de jovens que irão concluir os estudos de nível secundário através de um percurso de formação profissionalmente qualificante levou este Governo a criar um programa de estágios profissionais concebido especialmente para esses jovens, bem como para aqueles que concluíam cursos de especialização tecnológica. Por fim, foi também reforçada uma abordagem mais selectiva, em função dos sectores de actividade abrangidos, o que teve reflexos na nova lógica predominantemente sectorial do Programa Qualificação – Emprego. É também exemplo dessa abordagem mais selectiva, em função dos públicos, a medida que visa requalificar licenciados em áreas de baixa empregabilidade.

P: Que estratégias e meios estão a ser usados para promover uma ampla divulgação da IE 2010?

A par da utilização dos meios de comunicação social – jornais e

rádio – a principal estratégia adoptada foi a de promovermos, em todo o país, encontros regionais em todos os distritos, de discussão da problemática do emprego/desemprego e de apresentação das medidas que integram a iniciativa Emprego. Esses encontros, organizados com a colaboração dos governadores civis, têm contado com a presença da ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, de mim próprio e dos outros dois secretários de Estado. Têm sido sessões muito participadas onde estão empresários locais, representantes de associações empresariais e profissionais, autarcas e outras personalidades com relevância local, para além de responsáveis e funcionários que trabalham aos vários níveis da estrutura do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Vamos promover, também, outros encontros com directores-gerais e de recursos humanos de certas empresas. Pretendemos, por esta via, desenvolver uma ampla divulgação da iniciativa Emprego e dinamizar as redes de actores e estruturas locais que são decisivos em matéria de combate ao desemprego e promoção do emprego.

Os estágios profissionais têm-se revelado o instrumento mais poderoso ao serviço da empregabilidade dos jovens, apoiando a transição da formação para a vida activa e promovendo uma inserção qualificada no mercado de emprego

que acarretará um encargo financeiro na ordem dos 417.710.000 euros.

Quais os principais elementos distintivos desta iniciativa?

A iniciativa Emprego 2010 dá continuidade a grande parte das medidas já tomadas em 2009 – o que é natural visto que não se previa, de um ano para o outro, nenhuma alteração significativa das principais características e dimensão do problema do desemprego. Podemos, no entanto, dizer que o conteúdo e leque das medidas gizadas para o corrente ano se distinguem das do ano transacto essencialmente em três aspectos. Por um lado, reforçámos os apoios e alargámos as medidas que tinham tido bons resultados em 2009. Por exemplo, os apoios financeiros directos ou por via da isenção de contribuições a cargo das entidades empregadoras foram objecto de reforço e alargámos o programa de estágios INOV. Por outro lado, considerámos que importava estabelecer uma relação mais estreita com as medidas e os resultados alcançados através do Programa Novas Oportunidades, que introduziu já alterações no



Para quem procura

Para quem oferece

A INICIATIVA EMPREGO 2010

I - MANUTENÇÃO DO EMPREGO

II - INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

III - CRIAÇÃO DE EMPREGO E COMBATE AO DESEMPREGO



Programa Qualificação-Emprego

- Dirigido a empresas competitivas e economicamente viáveis que estejam a enfrentar redução conjuntural da procura dos seguintes sectores: automóvel, comércio, madeira e mobiliário, têxtil e vestuário, turismo;
- Aproveitar os períodos de redução, suspensão da actividade ou em situações de contrato de trabalho intermitente para melhorar a qualificação dos trabalhadores; formação orientada para a melhoria da competitividade;
- Estado comparticipa em 85% a compensação retributiva prevista no Código do Trabalho, enquanto decorrer a formação, suporta custos com ações de formação (no limite de €3/hora/formando); e Pagamento, eventual, de um incentivo à qualificação até ao montante máximo equivalente a 1/3 da retribuição normal ilíquida do trabalhador;
- Bolsa de formação até ao limite de 1 IAS (419,22 €) + Subsídio de alimentação e outros apoios sociais;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico (www.emploi2010.gov.pt).



Estágios INOV-SOCIAL

- Bolsa de estágio mensal de 2xIAS (838€) + subsídio de alimentação + despesas de transporte + seguro;
- Estágios de 12 meses em instituições da economia social e entidades culturais, sem fins lucrativos, nomeadamente: Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas; Mutualidades; Misericórdias; Cooperativas de Solidariedade Social; Associações de Desenvolvimento Local; Instituições de Empreendedorismo Social; Entidades Culturais de âmbito social; Associações, Federações, Confederações e Unões;
- Estado comparticipa a bolsa em 65% e suporta as despesas de transporte, alimentação e seguro
- Para jovens até aos 35 anos, inclusive, com qualificação de nível superior nas áreas de: Ciências Sociais; Direito; Economia; Engenharia; Gestão;
- Candidaturas ao IEFP em formulário electrónico (www.inovsocial.gov.pt).



Apoio à Contratação Sem Termo de Jovens

- Apoio à empresa de 2.500€ + 2 anos de isenção de contribuições para a segurança social (ou 3 anos de isenção);
- Para empresas que contratem jovens até aos 35 anos, à procura do 1º emprego ou que convertam formas precárias de vínculo em contratos sem termo;
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho abrangidos, por 3 anos. Manutenção do apoio condicionada à manutenção do nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Apoio à Contratação de Jovens Ex-Estagiários

- Apoio à empresa de 2.500€ + 2 anos de isenção de contribuições para a segurança social (ou 3 anos de isenção) por cada contrato;
- Para empresas que contratem jovens ex-estagiários, até aos 35 anos, com formação qualificante de nível 3 e 4 ou superior;
- Para contratos sem termo de ex-estagiários, nos 3 meses imediatamente a seguir ao fim do estágio;
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho, abrangidos, por 3 anos. Manutenção do apoio condicionada ao nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Estágios Profissionais Qualificação-Emprego

- Bolsa de estágio mensal entre 1xIAS (419€) - 9º ano e 2xIAS (838€) - curso superior + subsídio de alimentação + seguro;
- Estágios de 12 meses em entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, ou em autarquias;
- Estado comparticipa a bolsa entre 35% e 65% e nas despesas de alimentação e seguro;
- Para desempregados com 35 anos ou mais, que aumentaram, recentemente, as suas qualificações;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico (www.nestemrego.gov.pt / www.iefp.pt).



Apoio à Contratação de Ex-Estagiários

- Apoio à empresa de 2.500€ + 2 anos de isenção de contribuições para a segurança social (ou 3 anos de isenção) por cada contrato;
- Para contratos sem termo de ex-estagiários, nos 3 meses imediatamente a seguir ao fim do estágio;
- Para empresas que contratem ex-estagiários do Programa Estágios de Qualificação - Emprego, não subsidiados, beneficiários do RSI, com o ensino básico, secundário ou licenciatura
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho, abrangidos, por 3 anos. Manutenção do apoio condicionada ao nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Contrato Emprego-Inserção

- Bolsa complementar no valor de 20% da prestação mensal de desemprego (beneficiários do subsídio de desemprego) ou 20% do IAS (beneficiários do subsídio social de desemprego);
- Acresce subsídio de alimentação, despesas de transporte e seguro;
- Estado comparticipa 50% da bolsa complementar para entidades privadas sem fins lucrativos;
- Para desempregados a receber subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego;
- Trabalho socialmente necessário, por um período máximo de 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico (www.nestemrego.gov.pt / www.iefp.pt).



Linha MICROINVEST

Montante da Linha : 15 ME
Montante máximo de Investimento e de Financiamento por projecto : 15.000€
Prazo : 7 anos, com 2 anos de carência de capital
Prazo de Reembolso : 5 anos, com prestações mensais constantes de capital
Taxa de Juro a cargo do beneficiário : Euribor a 30 dias, acrescida de 0,25%, com taxa mínima de 1,5% e máxima de 3,5%

APOIO PÚBLICO :

- Bonificação do valor do spread bancário, subtraído de 0,25%
- Bonificação integral do valor dos juros nos doze meses iniciais
- Garantia do crédito concedido
- Encargos com a garantia do crédito
- Apoio de Coaching



Linha INVEST+

Montante da Linha : 85 ME
Montante de Investimento por projecto: Superior a 15.000€ e até 200.000€

Montantes máximos de Financiamento: até 95% do investimento, com limite máximo de 100.000€, e limite de 50.000€ por posto de trabalho criado

Prazo : 7 anos, com 2 anos de carência de capital
Prazo de Reembolso: 5 anos, com prestações mensais constantes de capital

Taxa de Juro a cargo do beneficiário: Euribor a 30 dias, acrescida de 0,25%, com taxa mínima de 1,5% e máxima de 3,5%

APOIO PÚBLICO:

- Bonificação do valor do spread bancário, subtraído de 0,25%
- Bonificação integral do valor dos juros nos doze meses iniciais
- Garantia do crédito concedido
- Encargos com a garantia do crédito
- Apoio de Coaching



Comparativo das Duas Linhas

	LINHAS DE CRÉDITO	
	MICROINVEST	INVEST +
MONTANTE	€ 15.000.000	€ 85.000.000
INVESTIMENTO MÁXIMO POR PROJECTO	€ 15.000	€ 200.000
FINANCIAMENTO POR PROJECTO	MÁXIMO DE € 15.000	95% DO INVESTIMENTO COM LIMITE DE € 100.000 E € 50.000/PT
PRAZO DO CRÉDITO	7 ANOS COM 2 ANOS DE CARENÇA DE CAPITAL	
PRAZO DE REEMBOLSO	5 ANOS COM PRESTAÇÕES CONSTANTES DE CAPITAL	
TAXA DE JURO A CARGO DO BENEFICIÁRIO	EURIBOR A 30 DIAS ACRESCIDO DE 0,25% COM UMA TAXA MÍNIMA DE 1,5% E MÁXIMA DE 3,5%	
APOIO PÚBLICO	Bonificação de juro no valor do spread bancário, deduzido de 0,25%	
	Concentração da bonificação da taxa de juro nos 3 primeiros anos, com pagamento integral de juros no 1º ano	
	Garantia do crédito concedido	
	Encargos com a Garantia de crédito	
	Apoio técnico e de consultadoria ao desenvolvimento dos projectos	



Redução das Contribuições para a Segurança Social

- Redução em 3 pontos percentuais das contribuições a cargo do empregador;
- Para micro e pequenas empresas (até 49 trabalhadores) e trabalhadores com 45 ou mais anos;
- Acesso automático tendo por base a Declaração de Remunerações.



Redução das Contribuições para a Segurança Social

- Redução em 1 ponto percentual das contribuições a cargo do empregador;
- Para entidades empregadoras que no ano de 2010 aumentem em pelo menos 25€ os ordenados dos trabalhadores que auferiam RMMG em 2009 ou aqueles que auferiam salários até 475€;
- Vigora a partir de 1 de Janeiro de 2010;
- Acesso automático tendo por base a Declaração de Remunerações. OU
- Requerimento entregue na Segurança Social.



Apoio à Redução da Precariedade no Emprego

- Apoio à empresa de 2.500€ + 2 anos de isenção de contribuições para segurança social (ou 3 anos de isenção);
- Para empresas que celebrem contratos sem termo na sequência de contratos de trabalho temporário;
- Redução de 50% da taxa contributiva pelo período de 3 anos;
- Para empresas que celebrem contratos sem termo na sequência de contratos de prestação de serviços em curso com trabalhadores com forte dependência económica;



Estágios Profissionais para Licenciados

- Bolsa de estágio mensal de 2xIAS (838€) + subsídio de alimentação + seguro;
- Estágios de 12 meses em entidades privadas, com ou sem fins lucrativos;
- Estado comparticipa a bolsa entre 20% e 60% e suporta o subsídio de alimentação e o seguro;
- Para jovens até aos 35 anos, com formação de nível superior;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico. www.emprego2010.gov.pt www.nstemprego.gov.pt www.iefp.pt



Estágios Profissionais – Formação Qualificante de níveis 3 e 4

- Bolsa de estágio mensal 1,75xIAS - 733€ (qualificação de nível 4) e 1,60xIAS - 670€ (qualificação de nível 3) + subsídio de alimentação + seguro;
- Estágios de 12 meses em entidades privadas, com ou sem fins lucrativos;
- Estado comparticipa a bolsa entre 35% e 65% e suporta o subsídio de alimentação e o seguro;
- Para jovens até aos 35 anos, com curso de qualificação de nível 3 e 4;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico. www.emprego2010.gov.pt www.nstemprego.gov.pt www.iefp.pt



Estágios INOV-JOVEM

- Bolsa de estágio mensal de 2xIAS (838€) + subsídio de alimentação + despesas de transporte + seguro;
- Estágios de 12 meses em PME nos sectores de actividade: Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pescas; Comércio; Construção; Indústrias Extractivas e Transformadoras; Outros Serviços; Transportes; Turismo;
- Estado comparticipa a bolsa em 60% e suporta as despesas de transporte, alimentação e seguro
- Para jovens até aos 35 anos, com qualificação de nível superior nas áreas de: Arquitectura e Construção; Artes; Ciências da Vida; Ciências Empresariais; Ciências Físicas; Ciências Sociais e do Comportamento; Engenharia e Técnicas Afins; Indústrias Transformadoras; Informática; Matemática e Estatística; Protecção do Ambiente; Saúde; Serviços Pessoais;
- Candidaturas ao IEFP em formulário electrónico (www.inovjovem.gov.pt).



Apoio à Contratação Sem Termo

- Para empresas que contratem desempregados há mais de 6 meses;
- Apoio à empresa de 2.500€ + 2 anos de isenção de contribuições para a segurança social (ou 3 anos de isenção);
- Para contratos sem termo, a tempo completo ou parcial;
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho abrangidos por 3 anos. Manutenção do apoio condicionada ao nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Apoio à Contratação de Pessoas com Dificuldades Acrescidas

- Apoio à empresa de 4.000€ + 3 anos de isenção de contribuições para a Segurança Social;
- Para empresas que contratem, sem termo:
 - Beneficiários do RSI;
 - Ex-reclusos;
 - Ex-toxicodependentes;
 - Beneficiários de pensão de invalidez.
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho abrangidos por 3 anos. Manutenção do apoio condicionada ao nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Apoio à Contratação a Termo

- Redução das contribuições para a Segurança Social em 50% no 1º ano de contrato e 65% nos anos seguintes (**desempregados + 40 anos**);
- Redução das contribuições para a Segurança Social em 65% no 1º ano de contrato e 80% nos anos seguintes (**desempregados com dificuldades acrescidas**);
- Para empresas que contratem desempregados com + de 40 anos, e que se encontrem desempregados há mais de 9 meses, ou pessoas com dificuldades acrescidas no acesso ao emprego;
- Obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho durante o período pelo qual o contrato foi celebrado. Manutenção do apoio condicionada ao nível de emprego;
- Requerimento entregue na Segurança Social



Contratos Emprego-Inserção+

- Bolsa mensal de 1xIAS (419€);
- Acresce subsídio de alimentação, despesas de transporte e seguro;
- Estado comparticipa 90% da bolsa para entidades privadas sem fins lucrativos e 80% para entidades públicas
- Para desempregados beneficiários de RSI;
- Trabalho socialmente necessário, por um período máximo de 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- Candidaturas ao IEFP, através do SGCC - Serviço de Gestão Centralizada de Candidaturas, em formulário electrónico. www.emprego2010.gov.pt www.nstemprego.gov.pt www.iefp.pt



Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego

- Para beneficiários de prestações de desemprego que apresentem um projecto que origine, pelo menos, a criação do seu emprego, a tempo inteiro;
- Pagamento, de uma só vez, do montante global das prestações de desemprego, deduzidas as importâncias eventualmente já recebidas. Este apoio pode ser cumulável com um dos seguintes apoios:
 - Apoio complementar sob a forma de subsídio a fundo perdido, até ao montante máximo de 12 vezes o IAS (419€ em 2010)
 - Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro
- Apresentação de requerimento, para pagamento antecipado de desemprego, nos Centros de Emprego



Apoios à Criação de Empresas

- Para desempregados inscritos nos Centros de Emprego
- Linhas de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro

	Investimento	Financiamento máximo
MICROINVEST	15.000€	15.000€
INVEST+	15.000€ a 200.000€	100.000€ (com limite de 95% do investimento e 50.000€ por posto trabalho criado)

- Apoio técnico à criação e consolidação de projectos
- Candidatura nas instituições bancárias aderentes (CGD, BCP, BES, BPI, SANTANDER, BPN, BANCO POPULAR, CRÉDITO AGRÍCOLA, MONTEPIO, BARCLAYS)

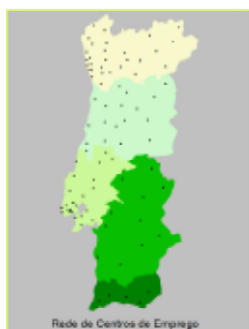


ESTRUTURAS DE APOIO AO EMPREGO

Centros de Emprego

Procure apoio na rede de 86 Centros de Emprego distribuídos por todo o território continental:

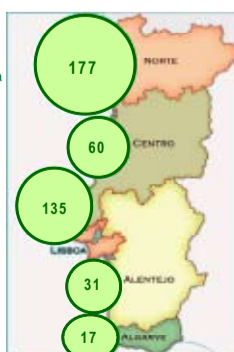
- Delegação Regional do Norte - 29
- Delegação Regional do Centro - 18
- Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo - 23
- Delegação Regional do Alentejo - 11
- Delegação Regional do Algarve - 5



ESTRUTURAS DE APOIO AO EMPREGO

Gabinetes de Inserção Profissional

- 420 unidades de apoio aos desempregados (22 da Rede Imigrante - ACIDI);
- Desenvolvem actividades de:
 - Apoio à procura activa;
 - Acompanhamento personalizado;
 - Captação e divulgação ofertas;
 - Encaminhamento para qualificação;
 - Divulgação de medidas e apoios;
- Em autarquias, associações sindicais ou empresariais, entidades sem fins lucrativos;
- Metas e objectivos contratualizados e avaliados;



PS indisponível para enfraquecer Estado Social

O PS nunca aceitará usar a revisão constitucional para enfraquecer o Estado Social nos domínios da saúde e da educação, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates, no debate quinzenal na Assembleia da República.

NUM debate em que a iniciativa coube aos partidos e após uma intervenção do líder parlamentar do PS, Francisco Assis, que também levantara dúvidas sobre os objectivos do PSD em relação ao processo de revisão constitucional, José Sócrates frisou que, para o Governo, “este processo não é uma prioridade”.

“Se tivesse que escolher não seria essa a iniciativa como sendo a primeira das iniciativas, porque o que orienta a nossa acção é a recuperação económica e nada na Constituição da República impede a recuperação económica”, defendeu o chefe do Executivo.

Corroborando uma ideia avançada por Francisco Assis, Sócrates manifestou disponibilidade para participar num debate “que leve a consensos, tendo em vista melhorar e fazer evoluir a Constituição”.

Mas, ressaltou, “o PS não acompanhará nenhuma revisão constitucional que seja feita na base do enfraquecimento do Estado Social, e esse é o ponto essencial”.

Segundo o primeiro-ministro, “se alguém quer enfraquecer a Constituição para enfraquecer os deveres do Estado nas áreas da saúde e da educação, não contará com o Partido Socialista, porque eu não acredito nesse país”.

“O país em que acredito é de igualdade de oportunidades e há dois serviços públicos essenciais para isso: os de saúde e educação. Esses dois serviços públicos estão na base do Estado Social e queremos que eles estejam disponíveis para todos”, acrescentou.

No hemiciclo de São Bento, José Sócrates anunciou também a aprovação, em Conselho de Ministros, da proposta para tributar as mais-valias bolsistas – a primeira medida do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) a executar.

Perante questões formuladas pelo líder parlamentar do PS, Francisco Assis, relativamente à referida tributação, o governante assegurou que o Executivo aprovaria de imediato a legislação em causa, destacando ser significativo o facto de o Governo iniciar a aplicação do PEC justamente com essa medida.

Todavia, na resposta ao líder parlamentar do PS, as primeiras palavras de José Sócrates foram no sentido de se congratular com o facto de a Comissão Europeia ter aprovado o PEC de Portugal.

“Tratou-se de uma decisão da

maior importância para Portugal, porque o nosso PEC não foi alterado, tal como aconteceu a outros. Pelo contrário, a Comissão diz que o nosso PEC é rigoroso, adequado, ambicioso e concreto”, enfatizou, sem deixar de realçar que o Programa de Estabilidade e Crescimento português mereceu igualmente os elogios de “todas as instituições internacionais”, entre as quais o FMI e a OCDE.

Gestores de EP sem bónus

Mais tarde, questionado pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, sobre a recusa da EDP em reduzir os bónus a gestores e a possibilidade de se utilizar uma norma para impor que nas empresas participadas haja contenção e restrição quanto a prémios, o primeiro-ministro afirmou que o Governo tomou a decisão de “em 2010 e em 2011” opor-se à atribuição de bónus, remunerações suplementares “a todo e qualquer gestor” nas empresas públicas.

“Não haverá bónus em 2010 e 2011 nas empresas públicas e o Estado votará contra a atribuição de bónus nas empresas em que participe. É essa a posição que tomará na Assembleia Geral da EDP”, afirmou, sublinhando, porém que “o Estado não pretende alterar a lei e impor aos privados o seu ponto de vista” nas empresas onde a maioria do capital é privado.

Paulo Portas questionou ainda José Sócrates sobre os preços dos combustíveis, mas o primeiro-ministro clarificou que esta matéria tem a ver com o mercado e a livre concorrência, acusando o CDS-PP de “aproveitar o tema para ganhar mais uns punhados de votos”.

“O ministro da Economia já teve oportunidade de expressar a preocupação do Executivo com o tema”, disse Sócrates, sublinhando que o Governo “está atento à evolução dos preços no sector, mas confia que a Autoridade da Concorrência, entidade independente, deve actuar para assegurar que as condições de concorrência são cumpridas”.

Quanto ao Código de Execução de Penas, que Paulo Portas alegou ter tornado “regra o que era excepção” com a colocação de reclusos em regime aberto “sem vigilância”, o ministro da Justiça, Alberto Martins, recusou que o novo regime seja diferente do anterior e frisou que não tem havido



problemas com a colocação em regime aberto.

Já perante a pergunta do PSD sobre a remuneração do presidente da EDP, António Mexia, o primeiro-ministro, José Sócrates, condenou a “escalada gananciosa dos ordenados dos gestores” em Portugal, afirmando que o Governo é contra, em particular “em muitas empresas privadas, que realmente estão muito fora da realidade e que, na comparação com outros vencimentos, nos deixam a todos muito embaraçados com a nossa perspectiva de uma certa justiça na distribuição salarial e uma certa justiça na distribuição dos rendimentos económicos”.

Mas Sócrates venceu que o Executivo do PS foi aquele que “tomou a decisão mais dura no combate ao exagero no vencimento dos gestores de empresas participadas pelo Estado que se tomou desde a democracia”, ao dar “uma orientação genérica de congelamento de salários” e estabelecer que “não haverá bónus ou remunerações suplementares em 2010 e 2011”.

E não reconheceu autoridade moral no PSD para colocar questões ao Governo neste domínio, após “nada ter feito nesta matéria quando teve responsabilidades governativas”.

Ao líder do BE, que falou sobre alegado “compadrio económico

entre PS, PSD e CDS-PP nos bónus dos gestores”, Sócrates garantiu que nas empresas públicas em que o Governo tem posição majoritária não haverá prémios em 2010 e 2011 e que na EDP o Estado e todos aqueles que votam e que têm uma participação pública “exprimirão esta posição”, acusando de seguida Francisco Louça de não ter “limites na desonestidade intelectual” e contestando o facto do bloquista se ter referido a Rui Pena (presidente da Assembleia-Geral da EDP) como ex-governante socialista.

Não haverá aumentos de impostos

Centrado o debate no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e numa eventual revisão do documento e possível aumento do IVA, o primeiro-ministro assegurou que o Governo não tem “nenhuma intenção de aumentar impostos, a não ser o aumento previsto no PEC do escalão de 45% para os rendimentos mais elevados” do IRS.

Quanto à revisão do PEC proposta pelo estreado líder da bancada do PSD, Miguel Macedo, Sócrates contrapôs que a Comissão Europeia não fez nenhuma exigência ao Governo português, limitando-se a dizer “que poderão ser

necessárias medidas complementares de consolidação orçamental” caso não se verifique o cenário macro-económico incluído no programa.

Acrescentou, logo, não compreender como é que o PSD pede a “revisão de um programa que acabou de ser aprovado” em Bruxelas.

Por último, o primeiro-ministro rejeitou a proposta do PCP para que o Executivo estabeleça os preços dos combustíveis nos próximos três anos, abaixo da média europeia.

Neste ponto, José Sócrates defendeu a necessidade de “valorizar e assegurar as condições de concorrência”, rejeitando a proposta do PCP de nacionalizar este sector e definir os preços administrativamente.

“O que temos feito é o que deve fazer um governo responsável: assegurar que a regulação funciona e assegurar, com vigilância, que as condições de concorrência são asseguradas por quem as deve assegurar”, rematou.

A concluir, o primeiro-ministro citou este exemplo como “o mais profundo dos desacordos” entre o PS e o PCP, sustentando que “a defesa da soberania portuguesa faz-se melhor partilhando a nossa soberania com outros, na construção do projecto europeu”. M.R.

Consolidar as finanças e recuperar a economia

A APROVAÇÃO da Comissão Europeia do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) apresentado pelo Governo português é um sinal “importante” de que o documento “está no caminho correcto, que é credível, que é detalhado, que é seguro”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, ao participar recentemente num jantar-conferência promovido pela Liga de Amigos da Casa-Museu João Soares, em Leiria.

Na ocasião, José Sócrates esclareceu que a indicação de serem tomadas outras medidas é “uma prática muito usual” em Bruxelas perante a hipótese de os cenários previstos não se confirmarem.

O primeiro-ministro clarificou igualmente que “essas observações são feitas para todos os PEC de todos os países europeus”, reafirmando que o mais importante “é o país saber agora que tem uma orientação, que tem uma linha estratégica para resolver o seu problema orçamental”, que o habilita a “lutar pela recuperação económica, porque isso é absolutamente essencial, mas também a consolidar as contas públicas”.

Recorde-se que a Comissão Europeia deu, no passado dia 14 de Abril, em Bruxelas, o seu aval ao PEC actualizado português, considerando a estratégia do Governo “adequada”.

A Comissão alertou, porém, para a existência de “riscos” ligados à



Fotografia do Jornal das Contas

concentração da consolidação orçamental nos últimos anos do período 2010-2013.

Bruxelas alertou o Executivo português no sentido de estar preparado para tomar “outras medidas”, caso as

previsões económicas “relativamente optimistas” utilizadas por Lisboa na elaboração do programa não se confirmem.

Questionado sobre se o Governo tem um plano B na eventualidade de

alguma coisa correr mal com o PEC, José Sócrates declarou: “O nosso plano é o Programa de Estabilidade e Crescimento.”

“Foi esse programa que foi agora aprovado e com o aplauso de todas as

instituições internacionais, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também a Comissão Europeia”, salientou, destacando que esta aprovação dá “segurança” aos portugueses, “mas segurança também à Comissão”.

O primeiro-ministro acrescentou que “agora o tempo vai ser de executar o Programa de Estabilidade e Crescimento”.

No jantar, onde se encontraram dezenas de pessoas, destacando-se a presença de Mário Soares, e a propósito das eleições presidenciais, o secretário-geral socialista deixou claro que, “a seu tempo”, o PS tomará uma decisão, ressaltando que agora o tempo é de “concentração na governação, naquilo que é absolutamente essencial para a recuperação económica”.

“Quando o tempo chegar, tomaremos uma decisão sobre as eleições presidenciais”, disse Sócrates, peremptório, reiterando que o PS “escolhe o seu tempo” e que “este não é ainda o tempo”. M.R.

OCDE refere Portugal como exemplo na investigação científica

PORTUGAL “é visto como o exemplo a seguir no desenvolvimento da investigação científica”, afirmou, em Paris, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Mariano Gago participou, no dia 13, num seminário da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) dedicado à análise da “excepção portuguesa” ao nível de crescimento da investigação científica e tecnológica.

O ministro mostrou-se satisfeito com o interesse dos especialistas internacionais da OCDE e pelas sugestões de um seminário onde o caso português foi abordado com “reconhecimento, admiração e espanto”.

“Seria interessante ponderar a criação de programas, eventualmente com a colaboração da indústria, para mudança de ramo de licenciados em áreas de muito baixa produtividade directa”, referiu Mariano Gago sobre propostas saídas do seminário.

A sugestão, “que pode ser um instrumento de política para os próximos anos”, partiu da OCDE e do presidente da empresa Novabase, Rogério Carapuça, também membro do Conselho Científico da Fundação Ciência e Tecnologia (FCT), que integrou a delegação portuguesa.

A ideia é que “com um complemento da formação da cultura que tinham adquirido,



os jovens licenciados muito mais facilmente se poderiam inserir no mercado de trabalho qualificado”.

Mariano Gago disse que todos os números confirmam uma “explosão na área da ciência e tecnologia em Portugal nos últimos anos”, sublinhando que a evolução é tanto mais significativa quanto “Portugal tinha, há

trinta anos, níveis de subdesenvolvimento científico generalizado”. Segundo frisou o titular da pasta da Ciência, “Portugal é hoje um país com uma balança de pagamentos tecnológica positiva, de há três anos para cá, e que exporta serviços em áreas como as tecnologias de informação, telecomunicações, gestão financeira, energia ou estudos técnicos”.

Praticamente todo o investimento de Portugal na Agência Espacial Europeia (ESA), que ronda os 97%, é recuperado por empresas portuguesas, adiantou Mariano Gago, referindo que este é um exemplo paradigmático de que o aumento da massa crítica da investigação, no sector público e privado, produz resultados concretos no tecido económico.

A OCDE reconhece também Portugal como um país atraente para os investigadores estrangeiros, “e não apenas de países menos desenvolvidos mas sobretudo de pessoas com origem em países onde a ciência e tecnologia está muito avançada”, acrescentou.

Mariano Gago frisou que “é também surpreendente a ligação desta evolução recente com a chegada de novas classes e grupos sociais à educação superior em Portugal após 1974, nomeadamente a generalização do ensino para as mulheres e a sua entrada na investigação”.

E adiantou que quase metade (44%) dos investigadores no activo em Portugal são mulheres, o que ultrapassa em muito as médias dos países da OCDE.

O ministro salientou também que a ciência e os cientistas gozam em Portugal de um prestígio fora do comum noutros países da OCDE, como notou, durante o seminário, um especialista francês ao referir-se à “retracção do interesse” dos jovens pelas áreas científicas.

“O desenvolvimento científico, de forma tão sistemática, só é possível porque a população portuguesa acredita nele. Exige que existam jovens que estudem ciência, que os pais queiram que eles estudem e que a sociedade acredite”, afirmou Mariano Gago.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Em 55 membros [do conselho nacional do PSD], em representação do continente e das regiões autónomas, 55, repito para não me enganar, houve lugar para uma e só uma senhora. Sofia Galvão. Extraordinário

UM PARTIDO SEXISTA

DO ÚLTIMO congresso do PSD saiu uma nova liderança, jovem e jovial, dando ideia de querer fazer um corte geracional com o passado. Saíram sinais, é certo. Linhas de tendência. Nas palavras, nos discursos. Na composição dos órgãos nacionais. Leitura rápida. Há um novo PSD. Um PSD mais liberal, na economia, na sociedade. Um PSD brando nos costumes, ligeiro nos princípios. Um PSD que não perde tempo, sempre a abrir, a pensar no futuro. Um PSD a pensar só no poder.

A palavra mais usada foi unidade. Unidade real ou virtual. Pouco importa. Unidade rompida. Para a escolha do Conselho Nacional, onde foram mais que muitas as listas concorrentes. O resultado foi surpreendente. Absolutamente bestial.

Saiu uma heroína: Sofia Galvão. Quem é Sofia Galvão? É uma das figuras mais inspiradoras entre as sociais-democratas, advogada e cronista, sendo a única mulher a conseguir entrar para o Conselho Nacional. O órgão mais importante entre congressos. Em 55 membros, em representação do continente e das regiões autónomas, 55, repito para não me enganar, houve lugar para uma e só uma senhora. Sofia Galvão. Extraordinário.

Mas esta é mesmo a tendência no novo PSD. Em todos os órgãos nacionais. Entre os 89 escolhidos, lá estão oito mulheres, 8, repito para que não se enganem. Não sei se esta é a linha de ruptura prometida pela nova Direcção. Um partido sem quotas. Um partido sem pruridos. Um partido onde a palavra discriminação não faz sentido.

Esta é a expressão mais ridícula que um partido deu até hoje à igualdade de género. Esse complexo de esquerda que deve ser banido deste PSD liberal, brando e ligeiro. Um partido em que as mulheres foram afastadas da decisão política interna. Sem apelo nem agravo. Péssimo sinal. Pior, só mesmo proibir as mulheres sociais-democratas eleitas de participar nos órgãos de direcção nos 60 dias que antecedem as eleições. Exagero, claro.

O que mais me escandaliza é que ninguém falou sobre isso. Ninguém denunciou esta situação. Todos deram isso como normal no PSD. Nem uma voz contestatória. Ninguém. A começar pelas próprias mulheres sociais-democratas. Extraordinário. Este PSD sexista.

Depois da "lei da rolha" pensei que nada mais me escandalizaria no PSD. Estava enganado. Este partido está sempre a surpreender-me. A surpreender o país. Só estranho que o país não se escandalize com este PSD.

PS/Açores acusa PSD de ter objectivos medíocres quanto aos fundos comunitários



O PSD nos Açores possui um "mediocre objectivo" para o co-financiamento da União Europeia até 2013, acusou, no dia 26, Sérgio Ávila, porta-voz do Secretariado Regional socialista, em conferência de Imprensa, em Angra do Heroísmo, na Terceira, onde considerou que a "fraca ambição" do partido laranja representaria menos 330 milhões de euros.

"SE tivéssemos como referência a fraca ambição do PSD/Açores teríamos tido menos 330 milhões de euros disponíveis de financiamento

comunitário para apoiar os investimentos público e privado da região", afirmou Sérgio Ávila, salientando que o valor do co-financiamento comuni-

tário ascende a 1539 milhões de euros, o que representa um crescimento de 25,6% em relação ao quadro comunitário anterior, cujo valor o PSD queria manter.

"Com o êxito da nossa capacidade negocial conseguimos mais 330 milhões de euros e, graças ao rigor e eficácia, os Açores foram elogiados pelo insuspeito presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso", frisou o também vice-presidente do Governo Regional.

Segundo o dirigente socia-

lista, "os Açores são a região do país que mais beneficia de fundos comunitários", acrescentando que, só nos últimos oito anos, o crescimento da economia açoriana foi de 2,57%.

Nesse sentido, respondendo a críticas recentes, o porta-voz socialista desafiou Berta Cabral, líder do PSD/Açores, a especificar "quais os projectos que não deviam ter sido aprovados" e "quais dos 421 projectos já aprovados representam má gestão e aplicação dos fundos comunitários".

Política educativa na Madeira é desastrosa

"A SITUAÇÃO que caracteriza a política educativa, desportiva e cultural na Região Autónoma da Madeira é desastrosa", acusou o presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa, André Escórcio.

Falando no dia 20, em conferência de Imprensa, o deputado socialista referiu que no "essencial" o que se constata "são escolas descapitalizadas, cheias de dívidas comprometedoras do seu funcionamento, uma política desportiva que deixou todo o associativismo com milhões de encargos assumidos e não pagos e uma política cultural que se vê na obrigação de cortar e de empobrecer a já pobre cultura".

Mas, denunciou, "enquanto isto acontece, vê-se o desperdício, as obras não prioritárias e os subsídios e os lucros de certas empresas a crescerem de uma forma verdadeiramente obscena". E deu como exemplo paradigmático os "31 milhões de euros que foram atribuídos para mais um estádio de futebol", concluindo que "menos escola, menos cultura e mais futebol



é a receita do Governo Regional".

Por isso, defendeu ser "tempo de reapiar caminho, de olhar para a escola como sementeira do futuro colectivo, de

olhar para o desporto como meio e não como fim, e, para cultura, em sentido lato e abrangente, como uma necessidade de libertação do homem".

Portugal prepara-se para complexo processo de reforma da PAC

“É prematuro definir neste momento posições concretas sobre tópicos específicos da reforma da PAC”, afirmou o ministro da Agricultura, António Serrano, ao encerrar a audição sobre “O futuro da Política Agrícola Comum”, que decorreu no passado dia 23 de Abril, na Assembleia da República, ocasião que aproveitou para anunciar que a tutela criou duas estruturas para o acompanhamento deste processo.

MARY ROIDRIGUES

NO ENCERRAMENTO da sessão promovida conjuntamente pelo GP/PS e pelo Grupo dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, António Serrano disse que Portugal “pode ser ganhador nos vários planos”, defendendo, por isso, que “não se pode rejeitar à partida determinadas abordagens, na medida em que é possível perder ou ganhar com elas”.

O ministro salientou que temos, até 2013, “um longo caminho a percorrer para recuperar e aproveitar melhor os recursos que podemos ter e não estamos a receber na totalidade”.

O titular da pasta da Agricultura declarou que “Portugal é naturalmente favorável a uma reforma que contribua para uma efectiva renovação da PAC, de modo a reforçar aquilo que são os princípios que têm vindo a ser enunciados – legitimidade, equidade e eficácia na resposta a novos desafios”.

Mas, considerou não ser necessário fazer uma “ruptura drástica” nem uma “alteração radical de trajectória definida, produzida e discutida pela União Europeia”.

“Temos que reafirmar a importância de uma PAC forte e equilibrada, definida por regras comuns, simples, dotada de meios financeiros suficientes para a implementar”, sustentou.

Ainda a propósito do processo da reforma da PAC, António Serrano salientou que ele se dá “num contexto de crise global e numa Europa a 27”, razões acrescidas para compreender que é preciso gerar consensos e que estes não admitem uma postura inflexível.

“Somos sensíveis – e temos de sê-lo – à questão da simplificação das regras em prol da exequibilidade da PAC, porém, é preciso não esquecer as especificidades de cada Estado-membro”, observou António Serrano, apontando de seguida a necessidade de se chegar a um acordo de distribuição de recursos “equilibrada”.

Lembrou igualmente que desta PAC se esperam respostas a novos desafios como as alterações climáticas e a volatilidade dos mercados.

“Portugal tem de defender uma Europa que produza (bens alimentares em qualidade e quantidades), sem prejuízo de salvaguardar os impactos ambientais e comerciais”, declarou esclarecendo que está em causa criar

uma estratégia que permita desenvolver, de forma sustentável, uma economia agrícola eficiente.

Depois chamou a atenção para a necessidade de se “promover um crescimento inteligente e sustentável”, vincando que ele deve ser ainda articulável com uma “agricultura inovadora”.

“A nossa ciência tem que estar também ao serviço da actividade agrícola, num caminho convergente”, disse.

De seguida anunciou que o Ministério da Agricultura decidiu criar duas estruturas para acompanhar o processo de revisão da PAC: um fórum alargado integrado pelos diferentes agentes do sector, que terá funções consultivas, e um grupo de peritos que apoiará a tutela nesta discussão.

Perspectiva positiva e multisectorial da agricultura

Recorde-se que a Comissão Europeia avançou recentemente com uma discussão pública sobre a Política Agrícola Comum, numa etapa em que se prepara o futuro orçamento da comunidade pós 2013.

Esta consulta pública durará até Junho deste ano. Já no segundo semestre de 2010 serão apresentadas as propostas de alteração da PAC.

Na audição pública promovida pela bancada do PS em conjunto com o Partido dos Socialistas e dos Democratas do Parlamento Europeu participaram diversos especialistas e dirigentes de confederações agrícolas.

A sessão foi aberta por Maria de Belém Roseira, vice-presidente do GP/PS, que centrou a sua intervenção na necessidade de se proceder a uma análise multi-sectorial da PAC, ao mesmo tempo que defendeu uma mudança na visão que hoje impera sobre a Agricultura.

“Este é um sector e uma actividade que deve ser tratada a par de todas as outras e não como metáfora de pobreza e do subdesenvolvimento”, disse.

Por seu turno, o eurodeputado Capoulas Santos, a quem coube a apresentar as linhas gerais da proposta dos socialistas e democratas europeus, referiu-se no início da sua alocução à dificuldade de se gerar consensos entre tantas sensibilidades diferentes e no carácter crucial da questão orçamental na reforma da PAC.

A posição dos socialistas e democratas europeus apresentada por



a necessidade de se negociar bem a PAC, mas atendendo primeiramente à capacidade de resposta institucional do nosso país para a exequibilidade dos compromissos que vierem a assumir-se, sem deixar de sublinhar que esta actividade não se limita à produção de bens alimentares, mas também de bens públicos, implicando custos e riscos.

Por sua vez, os representantes dos agricultores, Luís Mira (CAP), Francisco Silva (Confagri), João Dinis (CNA), Firmino Cordeiro (AJAP) e Luís Saldanha Miranda (CNJA), colocaram a tónica em preocupações que se prendem com a necessidade de promover uma distribuição dos recursos financeiros da PAC para apoiar a produção e não para subsidiar a não produção.

A finalizar a sessão, o deputado Miguel Freitas recordou que os socialistas defenderão uma PAC mais justa e eficaz, que responda a uma tripla agenda: alimentar, económica e energética.

“A reforma da Política Agrícola Comum não deve ser feita a olhar para o orçamento. Essa visão promove posições conservadoras, de perpetuação de esquemas injustos”, afirmou o coordenador de Agricultura do GP/PS, para quem é imperativo “romper como o ciclo vicioso de ajudas históricas que tem prejudicado Portugal”.

Segundo Miguel Freitas, é urgente “redireccionar as ajudas, defender sectores mais sensíveis e vulneráveis da agricultura nacional, estimular a incorporação de factores de competitividade e assegurar políticas que responda à nova agenda ambiental”.

“Acreditamos que a proposta do Grupo dos Socialistas e dos Democratas Europeus será um bom contributo para a discussão que agora tentaremos melhorar”, concluiu o deputado do PS, referindo que a partir das conclusões da audição, a bancada socialista proporá um debate sobre a reforma da PAC na Assembleia da República.

Capoulas Santos “não visa uma ruptura com o que a PAC tem sido”, sustentando, por outro lado, que a PAC precisa de ser “mais simples” e de ter “uma nova legitimidade”.

O eurodeputado do PS defendeu que a atribuição de ajudas aos agricultores, após a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 2013, deve ter em conta o respeito pelo ambiente, bem como a criação de emprego.

Após explicar que o grupo dos eurodeputados socialistas, do qual é coordenador na Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu, já chegou a uma proposta de base para a reforma da PAC, Capoulas referiu que o documento defende a atribuição de ajudas por hectare de produção agrícola e a atribuição de mais

verbas aos agricultores que fizeram uma agricultura com mais respeito pelo ambiente e que crie mais postos de trabalho.

Advoga ainda que deve haver critérios de atribuição ligados às regiões mais desfavorecidas do território europeu e igualmente às áreas de produção agrícola de modo biológico ou com produtos certificados.

“Se estes critérios forem aceites, a PAC será muito mais favorável a Portugal do que foi nos últimos anos, uma vez que o nosso país já tem uma agricultura amiga do ambiente a um nível que outros países não têm”, declarou.

Académicos especialistas em questões agrícolas, Francisco Avillez, António Covas e Lima Santos, foram unânimes em chamar a atenção para

Apostar na militância das mulheres

As concelhias e federações socialistas devem continuar a apostar nas militantes, defendeu Jesuína Riberiro, presidente do Departamento Federativo de Mulheres da FAUL, durante o almoço-convívio com as camaradas autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, realizado no passado dia 17 de Abril, em Aveiras de Cima.

NA ocasião, Jesuína Ribeiro fez questão de salientar as diferenças existentes entre o PS e o PSD em matéria de paridade.

“Enquanto o Partido Socialista tem uma composição equilibrada de homens e mulheres nos órgãos do partido, o PSD, no seu conselho nacional, composto por 55 membros, tem 54 homens e uma mulher”, referiu, sem deixar de destacar os avanços alcançados, sob governação socialista, no que diz respeito à igualdade de género em

geral e à paridade em particular.

Apontou, assim, o aumento do número de mulheres em lugares de decisão política desde a saída da Lei da Paridade, assinalou as políticas sociais que marcam os Governos liderado por José Sócrates, referindo especialmente o alargamento do programa Pares e a Escola a Tempo Inteiro.

Jesuína Ribeiro considerou que ambas medidas têm-se verificado “essenciais para uma melhor articulação entre a vida familiar e



personal e a vida profissional”, sem deixar de lembrar a aprovação da

Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, que foi precisamente

publicada a 17 de Abril.

No almoço-convívio, ao qual Lurdes Piriquito, presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, deu as boas-vindas, usaram da palavra também Susana Amador, presidente da Câmara de Odivelas e Joaquim Ramos, presidente da Câmara de Azambuja.

Susana Amador destacou a importância da Lei da Paridade e apelou à necessidade de aproximar os eleitos de eleitores.

Referindo que 36 anos depois do 25 de Abril “não nos podemos conformar com 50% de abstenção nos actos eleitorais”, salientou a necessidade de uma reconciliação do Estado e dos partidos com a sociedade civil como o grande desafio dos dias de hoje.

Por seu turno, Joaquim Ramos referiu que a integração de mulheres nas listas foi uma realidade no concelho da Azambuja. **M.R.**

RES PUBLICA ORGANIZA CONFERÊNCIA SOBRE CRISE E ESTADO PROVIDÊNCIA

A FUNDAÇÃO Res Publica promove, no próximo dia 4 de Maio, terça-feira, uma conferência sobre “Os efeitos da crise e as mudanças no Estado Providência”.

O evento, que será presidido por Helena André, na qualidade de membro do Conselho de Administração da fundação, contará com a participação do professor Anton Hemerijck, da Universidade de Roterdão.

A sessão realiza-se, a partir das 18h30, na sala Belém 1 do SANA Malhoa Hotel, em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 8.

Refira-se que as pessoas que pretendam assistir à conferência deverão confirmar a sua presença para o endereço electrónico: geral@fundacaorespublica.pt



NOVO NÚMERO DA “FINISTERRA” SOBRE EFEITO OBAMA

O TEMA de fundo do novo número duplo da revista de reflexão e crítica “Finisterra” é “O Efeito Obama”.

Eduardo Lourenço, Fernando Pereira Marques e Guilherme d’Oliveira Martins escrevem sobre o presidente dos Estados Unidos da América, Barak Obama, e sobre o futuro da democracia planetária.

Por sua vez, Augusto Santos Silva analisa o ciclo eleitoral de 2009.

John Cruddas, do partido trabalhista britânico, e Andreas Nahles, do SPD alemão, reflectem sobre o projecto da esquerda democrática.

De referir, para quem desejar obter um exemplar da mais recente “Finisterra”, que pode encomendar a revista através do e-mail finisterra@fundacaorespublica.pt.

Também se podem encontrar exemplares à venda na Livraria Parlamentar da Assembleia da República.

Não deixe de visitar, igualmente, o espaço “Finisterra” em www.fundacaorespublica.pt.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

O efeito Obama

e o futuro da democracia planetária

Lisboa, 6 de Maio de 2010

Goethe-Institut, (Instituto Alemão)
Campo dos Mártires da Pátria, 37

Programa

17.30h Apresentação
Augusto Santos Silva (Fundação Res Publica Lisboa)
Reinhard Naumann (Fundação Friedrich Ebert, Lisboa)

17.45h Abertura: Salvemos o soldado Obama
Eduardo Lourenço (Finisterra, Lisboa)

18.15h Um ano depois ou o insustentável peso da realidade
Josef Braml (Conselho Alemão de Relações Externas/ DGAP, Berlim)
Carlos Gaspar (Instituto Português de Relações Internacionais / IPRI, Lisboa)
Mário Mesquita (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/ FLAD, Lisboa)

19.15h Debate
Moderador: Fernando Pereira Marques (Finisterra, Lisboa)

20.00h Encerramento e porto de honra

Entrada Gratuita

Haverá tradução simultânea (Inglês - Português)

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

res publica

finisterra
Revista de Reflexão e Crítica

Contactos:
Fundação Friedrich Ebert
Tel. 21 357 33 75 • Fax 21 357 34 22
E-mail: info@feslisbon.org

Fundação Res Publica
Tel. 21 301 39 09 • Fax 213 015 956
E-mail: geral@fundacaorespublica.pt

Avançam já este ano medidas previstas no PEC

Resposta determinada à situação internacional

O Governo vai antecipar já para 2010 medidas do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) previstas para os próximos anos, como as alterações ao subsídio de desemprego e uma maior fiscalização das prestações sociais, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, adiantando que o Executivo socialista e o PSD decidiram trabalhar em conjunto para responder a “um ataque sem fundamento” ao euro e à dívida soberana portuguesa.

JOSÉ Sócrates, que falava aos jornalistas no final de uma reunião de cerca de hora e meia com o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, em consequência do ataque especulativo e consequente aumento dos juros da dívida soberana portuguesa nos mercados internacionais, sublinhou que o Governo está “absolutamente determinado para fazer tudo o que for necessário para que os objectivos do PEC sejam alcançados”.

E referiu que na sequência da reunião com o líder do PSD, foram tomadas “duas decisões”, sendo a primeira a “de acompanhar com regularidade e proximidade o desenvolvimento da situação financeira, através de um diálogo entre Governo e PSD.

“Eu próprio e o dr. Passos Coelho combinamos esse acompanhamento com muita regularidade e intensidade, porque a situação a isso obriga”, disse.

A segunda decisão, segundo Sócrates, é a que se prende com a entrada em vigor já em 2010 de medidas que estavam previstas só para os próximos anos no PEC, por forma a que “todos os agentes internacionais saibam que os objectivos orçamentais de Portugal

são para cumprir”.

Nesse sentido, José Sócrates adiantou que, além da tributação das mais-valias bolsistas, do pagamento de portagens em algumas SCUT e da criação do novo escalão de 45% no IRS para os rendimentos mais elevados, o Executivo avançará já “muito rapidamente com a nova lei de condição de recursos”. No fundo, explicou, “visa estabelecer um quadro de justiça para aqueles que recebem prestações sociais”.

O primeiro-ministro anunciou que entrarão já em vigor alterações ao regime de atribuição do subsídio de desemprego, “por forma a assegurarmos que ninguém tem vantagem em ficar no subsídio de desemprego apenas porque é uma situação mais vantajosa do que estando a trabalhar” e ainda “avançar desde já com auditorias e fiscalizações às prestações sociais”.

Por outro lado, o primeiro-ministro elogiou “o sentido de responsabilidade” do presidente do PSD face à actual situação de instabilidade financeira, salientando que este clima de diálogo entre o Governo e o maior partido da oposição “é da maior importância para dar um sinal de confiança



para o país e para os mercados internacionais”.

“Quero deixar uma palavra pessoal ao dr. Passos Coelho para dizer que, do ponto de vista pessoal, muito apreciei a sua atitude de responsabilidade num momento destes”, afirmou José Sócrates, reiterando que Portugal “é um país

que cumpre os seus compromissos e um país que nunca desistiu da sua credibilidade internacional”.

Para José Sócrates, na sequência do encontro com o líder do maior partido da oposição, o país “ficou a saber que em matéria de compromissos internacionais o Governo e o PSD não desistem de

trabalhar em conjunto”.

Em relação às propostas já apresentadas pelo PSD para consolidar as finanças públicas, o primeiro-ministro disse que o Governo “está muito disponível para considerá-las e ouvi-las”, assim como propostas provenientes de “outros partidos”.

ASSIS APELA À RESPONSABILIDADE DAS FORÇAS POLÍTICAS

ENTRETANTO, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, considerou que o encontro entre o primeiro ministro e o presidente do PSD pode “inaugurar uma nova fase de relacionamento” entre Governo e partidos, apelando ao “sentido de responsabilidade” e a um “permanente diálogo” entre as forças políticas na actual conjuntura em que é necessário tomar medidas para combater o défice e o endividamento do país.

Falando no final da reunião do dia 29 do grupo parlamentar, Assis sustentou que esta nova fase de relacionamento deverá também ter “tradução nas relações no plano parlamentar, entre os dois grupos, do PS e do PSD, e entre o Governo e os grupos parlamentares”.

O presidente do GP/PS defendeu que “é possível estabelecer um diálogo sério e produtivo entre o maior partido e o maior partido da

oposição”, mas salientou que o diálogo “não se deve esgotar” entre PS e PSD, reiterando que os socialistas estão “disponíveis para estabelecer esse diálogo com todos os demais grupos parlamentares”.

Para o líder parlamentar socialista, as divergências entre PS e PSD “devem manifestar-se”, mas, sublinhou, “há momentos em que deve haver algum sentido de compromisso” e possibilitar algumas convergências.

Por outro lado, Assis considerou que “é prematuro dizer já se se deve ou não fazer cortes e que tipo de cortes” no investimento público, salientando que as grandes obras públicas são necessárias “para promover o crescimento da economia portuguesa e para dotar o país de infra-estruturas fundamentais para aumentar a sua capacidade de atracção de investimento”.



OPINIÃO

ASCENSO SIMÕES
Secretário nacional

Importa que se sele a aliança entre continentes, não deixando de fora aqueles que podem consagrar a social-democracia no imenso país que é o EUA

REINVENTAR A INTERNACIONAL SOCIALISTA

A INTERNACIONAL Socialista (IS), instituição que reúne, no espaço mundial, os partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas, foi, nas últimas décadas do século passado, uma importante força, que foi fazendo valer o espírito da liberdade e da democracia em todos os continentes.

Os portugueses sabem bem o papel da IS na consolidação da nossa democracia, no apoio ao PS, como partido estruturante da liberdade de Abril e ainda no processo de adesão. Muito relevante foi o grande encontro “A Europa Conosco”, que Mário Soares organizou e que se transformou no slogan da campanha nas primeiras eleições livres que vieram a definir a composição da Assembleia Constituinte.

A Internacional Socialista assumiu, nas décadas de 70 e 80, do século passado, um papel muito relevante nas diversas tentativas de paz para o Médio Oriente e veio a contribuir, de forma decisiva, para a paz, para a normalização política e para a democracia em muitos dos países africanos.

O seu papel na América Latina foi, também, muito importante, principalmente nos períodos pós ditaduras militares, na Argentina, no Brasil ou no Chile. Sente-se, ainda hoje, o resultado dos seus esforços e das suas mediações.

Acontece que, depois de um passado tão importante e decisivo, a Internacional Socialista deixou de se fazer sentir. A queda das ditaduras comunistas, o alargamento e a consolidação da União Europeia, fizeram com que a IS cedesse o seu papel principal, de concerto de políticas e de acerto dos fundamentos ideológicos, ao Partido Socialista Europeu. E esta nova preocupação com o PSE, muito centrada no papel que a UE deve ter, fez com que se desgraduasse a relação com os partidos socialistas e social-democratas dos restantes continentes.

A Internacional Socialista assumiu, ainda, uma certa cristalização na leitura sobre os movimentos políticos nos EUA. Clinton trouxe uma nova visão do “espaço do progresso” que se identifica, em muitos dos aspectos, com a visão da IS. Mas tal aproximação ideológica não foi suficiente para que a esquerda, com diversos matizes, dos dois lados do Atlântico, se pudesse entender, usando um escrito comum sobre princípios.

A eleição de Obama, acentua, pelas características e origens deste novo protagonista, a visão progressista que os democratas foram assumindo. A luta pela ideia generosa de um serviço de saúde para todos foi, é, um marco de identificação que não pode ser esquecido por quem sempre teve desconfianças.

Neste momento, a Internacional Socialista é presidida por George A. Papandreou e nem de propósito a crise grega assume dimensão mundial e põe em causa um dos pilares da União Europeia – a moeda única. Acontece que a IS, não encontrou uma linha de argumentação política para esta crise, como não tinha conseguido encontrar para a outra crise, mãe desta, que em 2008 pôs o mundo em “pantanas”.

O facto de se manterem, quase inalterados, os comités da IS, desconhecendo novos movimentos no campo das reformas políticas, sociais e de costumes, o facto de não existir uma forma flexível de gestão da informação e de partilha de ideias de soluções, faz com que acentuemos a nossa preocupação com o futuro desta relevante estrutura.

Importa que a IS ganhe autonomia na gestão política, com a criação de uma direcção permanente, e uma reformulação do Presidium.

Importa consagrar uma visão sectorial das políticas internacionais e reivindicar um papel mais interventivo nos diversos fóruns internacionais.

Importa que se sele a aliança entre continentes, não deixando de fora aqueles que podem consagrar a social-democracia no imenso país que é o EUA.

Importa, pois, que se reinvente a Internacional Socialista e do Progresso.

Situação financeira e execução do PEC

Tomar todas as medidas para reforçar a confiança na nossa economia

O GOVERNO enfrentará, “com absoluta firmeza”, a situação actual, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, reiterando que serão “tomadas todas as medidas que forem necessárias para reforçar a confiança na nossa economia” e que Portugal “cumprirá os compromissos de redução do défice e de controlo da dívida pública que assumiu no PEC”.

Falando no dia 30, na abertura do debate quinzenal, no Parlamento, dedicado à situação financeira e execução do PEC, o primeiro-ministro disse que haverá “uma intervenção forte no controlo da despesa”, que passará, nomeadamente, “pela contenção de despesas com pessoal e reforço do controlo das admissões na Função Pública, controlo das despesas sociais e selectividade nas despesas com capital, mas também redução das despesas correntes e de consumo intermédio do Estado”.

Nesse sentido, Sócrates referiu que no dia anterior o Conselho de Ministros aprovou o decreto de execução orçamental que, entre outras medidas, “concretiza as cativações de 40% nas despesas com material militar, limita as despesas com aquisição de estudos e pareceres em outsourcing, cativa 20% das verbas orçamentadas para comunicações e estabelece a regra de três por um na aquisição de viaturas pelo Estado”.

E sublinhou: “Vamos executar o PEC. Vamos cumpri-lo rigorosamente e vamos cumpri-lo já. É esta a primeira mensagem que o país precisa de dar”.

Depois, o primeiro-ministro adiantou que vão ser antecipadas para 2010 medidas do PEC que tinham execução prevista apenas para 2011.

Esta decisão, frisou, “reforça as garantias de que seremos realmente capazes de alcançar, e porventura até de ultrapassar, a meta da redução do défice fixada já para este ano”.

Assim, referiu que deram já entrada na AR as propostas de lei do Governo que tributam as



mais-valias mobiliárias e introduzem o escalão de 45% de IRS para rendimentos superiores a 150 mil euros anuais.

Está também decidido, acrescentou Sócrates, que, a partir de 1 de Julho, se dará início à cobrança de portagens em três SCUT, enquanto do lado da despesa, está em curso o programa de combate à fraude e fiscalização nas prestações sociais.

O primeiro-ministro disse ainda que o Governo apresentará em breve a nova lei de condição de recursos, que “passará a regular, com maior coerência e sentido de equidade, os critérios de acesso às prestações sociais não contributivas, para que beneficiem quem efectivamente delas mais necessitam”.

Mobilizar as energias do país

Na sua intervenção, o chefe do Governo fez questão de sublinhar que “é preciso conciliar o objectivo de redução do défice com a necessária consolidação da recuperação económica”. Por isso, referiu, “a nossa prioridade é clara: o crescimento da economia e do emprego”. E, neste quadro, “evitaremos todas as medidas que possam pôr em causa esses objectivos principais”.

Por outro lado, Sócrates defendeu que a actual conjuntura impõe “um desafio” para todos os agentes políticos. “É por isso que considero da maior importância o diálogo que mantive há dias com o líder do maior partido da oposição, e que abre uma nova fase de

diálogo construtivo no país”, disse.

O primeiro-ministro insistiu ainda que “o Governo sabe bem qual é o seu dever”, que passa por “mobilizar as energias do país para responder a esta crise, pôr, mais uma vez, as contas públicas em ordem.

E não perder de vista aquele que é, e continua a ser, o nosso principal objectivo, a nossa maior ambição: modernizar Portugal e assegurar a recuperação da economia e do emprego”.

Pela bancada parlamentar do PS, interveio o seu líder, Francisco Assis, que não poupou nas críticas à postura do Bloco de Esquerda e PCP face à actual crise, por “demagogicamente” irem avançando a ideia de que as alterações introduzidas nalgumas prestações sociais constituem um ataque ao Estado Social. “Mexer nalguns aspectos das prestações sociais não é atacar os beneficiários”, afirmou, reiterando que “a tese dos que defendem que nada se deve fazer para defender o Estado Social, a ser concretizada, acaba por levar ao suicídio do Estado Social”.

Na sua intervenção, Francisco Assis referiu ainda que perante a crise que se manifesta “em sucessivos ataques especulativos às economias mais vulneráveis”, o Governo português está a lutar para que “a Europa dê um sinal claro que defende as partes mais fracas”, acrescentando ainda que o Executivo de José Sócrates “tem créditos no plano europeu, já que se bateu para que a UE fosse mais solidária”.

O Governo, continuou, “tem procurado criar condições para gerar o máximo consenso das forças políticas em torno das respostas à crise”, enaltecendo, neste aspecto, o líder do maior partido da oposição, por se ter mostrado disponível para um consenso em matéria de consolidação orçamental. J. C. C. B.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa